



Recuperação preventiva de empresas em dificuldades (uma análise financeira e jurídica)

Informações: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00



26 e 27 maio
9.30 as 13.00

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE01752020DCE4



TAXA PAGA PORTUGAL
CONTRATO Nº 534655

Nº 1834 / 22 de maio 2020 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO



PUB

ATUALIDADE

UE cria fundo de 100 mil milhões para sustentar emprego

Pág. 11

MERCADOS

Santander admite prolongamento das moratórias

Pág. 17

BPI e FEI criam linha de 95 milhões para agricultura

Pág. 16

FISCALIDADE

A declaração Modelo 22 e as novas regras da derrama

Pág. 23

Despesas de financiamento em IRC

Pág. 23

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Maioria dos portugueses quer continuar a trabalhar a partir de casa

Pág. 11

O agravamento do Regime dos Residentes não Habituais (RRNH)

Pág. 12

GEORGE
CAREER CHANGE

GEORGE Career Change Consultants
Campo Grande 30 - 8º B
1700-093 Lisboa,
www.george.pt

PUB

José Monteiro, "country manager" da Coface Portugal, considera

Crise favorece indústria agroalimentar e farmacêutica

- Fraudes nas transações empresariais estão a aumentar



Págs. 6 e 7



A paragem da produção da fábrica da PSA em Vigo provocou a interrupção da compra de componentes no Norte de Portugal.

Luís Ceia, presidente da CEVAL, destaca crescimento da indústria na região

Alto Minho concentra maioria dos novos investimentos na indústria automóvel

Pág. 3

ACT e Segurança Social fiscalizam irregularidades

Pagamentos de 'lay-off' às empresas atingem 284 milhões de euros

Pág. 4



PUB

ifthenpay

Referências Multibanco para a sua empresa
www.ifthenpay.com | T. 227 660 871



ABERTURA

CAP, CONFAGRI e AJAP querem apoios à Agricultura para lá dos 140 milhões

TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, anunciou no último sábado um novo pacote de medidas para o setor agrícola, a rondar 140 milhões de euros, e destinado a mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19.

As medidas representam “uma transferência, de caráter excepcional, de 85 milhões de euros do segundo pilar (desenvolvimento rural) da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia para os Pagamentos Diretos (primeiro pilar), a aplicar na campanha 2020.

Em complemento, não será efetuado rateio na medida 9 do PDR 2020 (manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas), o que significará “um aumento de cerca de 25 milhões de euros”, diz a governante, que ainda anunciou uma linha de crédito bonificada específica para o setor das flores, no valor de 30 milhões de euros.

Por outro lado, está ainda em curso a negociação de uma proposta da Comissão Europeia sobre a possibilidade de mais medidas para apoiar os setores afetados, recorrendo ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), que pode vir a mobilizar até 35 milhões de euros.

CAP: “uma notícia positiva”, mas “insuficiente”

Conhecedora destas medidas, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) diz que a transferência de verbas do segundo pilar (Desenvolvimento Rural), para o primeiro pilar (Pagamentos Diretos), na campanha de 2020, recorrendo à dotação do envelope financeiro 2021-27, é “uma notícia positiva para a agricultura europeia em geral”. Refere ainda que a medida “evidencia a centralidade da PAC para a solidez e coesão do projeto europeu”, sendo também “positiva para Portugal, pois permite trazer liquidez financeira ao setor”.

“A Agricultura, apesar de não ter parado durante o período de confinamento, foi e está muito penalizada pela pandemia e tem visto a suas atividades comerciais e exportadoras fortemente comprometidas, devido a condicionamentos e constrangimentos nos mercados internacionais”, diz a CAP.

Porém, diz a Confederação liderada por Eduardo Oliveira e Silva, esta transferência de verbas, que a CAP, em sintonia com as suas congéneres na Europa, tem vindo a defender como necessária, diretamente junto da Comissão Europeia desde o passado mês de abril, é “um adiantamen-



Maria do Céu Albuquerque, ministra da Agricultura.

to”. Ou seja, é apenas “uma antecipação de verbas do próximo envelope financeiro comunitário para o setor”. “É uma boa medida, uma medida necessária, mas não é suficiente”.

CONFAGRI: redução dos custos energéticos na Agricultura

Também a AJAP – Associação de Jovens Agricultores diz que as medidas anunciadas “poderão ser positivas, dado que irão introduzir alguma de liquidez às explorações”, mas “lamenta que o país não possa alocar mais verbas do Orçamento de Estado para este setor tão estratégico e que não é devidamente valorizado”.

Por sua vez, a CONFAGRI, que participou na última terça-feira numa audição parlamentar promo-

vida pela Comissão de Agricultura e Mar, também quer mais medidas para o setor. A organização realça o papel da pequena e média agricultura e a necessidade de reforçar a organização em cooperativas e organizações de produtores (OP) e pede a “regulamentação urgente das OP multiprodutos”, assim como “apoios específicos para setores e produções excluídas dos apoios da PAC, tais como a suinicultura, em particular, a produção de leitões e diversas produções hortofrutícolas”.

A CONFAGRI também lembra a “necessidade de permitir aos beneficiários de apoios sociais a respetiva acumulação com o trabalho agrícola sazonal” e a “redução dos custos energéticos na atividade agrícola e agropecuária (gasóleo colorido e eletricidade verde)”.

Top da semana



JEROME POWELL



Os Estados Unidos, a maior potência econômica do mundo, estão numa situação

dramática, quer em termos sanitários, quer económicos. A ideia com que se fica é que se trata de um país à deriva, liderado por um presidente errático, incompetente e, sobretudo, que está a incendiar os problemas com mais gasolina. Jerome Powell, presidente da Reserva Federal, é um dos alvos do presidente, mas tem resistido e acaba por ser uma peça cada vez mais determinante no futuro dos Estados Unidos. A sua estratégia é de contenção, de cautelas redobradas, a pensar no longo prazo. Para além de uma política adequada à atual situação, não deixa de expressar as suas ideias e de lançar avisos importantes.



ANA GOMES



Ana Gomes tem a tarefa cada vez mais complicada quanto a uma eventual candidatura à presidência da República. O último golpe veio da parte do próprio António Costa, que apelou ao voto em Marcelo. O principal erro de Ana Gomes foi não ter apresentado a candidatura há mais tempo. Foi um erro político, pois já poderia estar em campanha e colocaria Costa numa situação complicada quanto às suas escolhas. Agora tudo se tornou mais complicado e terá de repensar muito bem a sua estratégia. Gomes tem grandes competências, mas não é uma figura carismática, apesar da sua coragem e da sua vontade política. Além do mais, defronta-se com um candidato de peso, que tem ganho ainda mais notoriedade com a crise da pandemia. Seja como for, será sempre positiva a sua intervenção política, caso avance com a sua candidatura.



MÁRIO CENTENO



O ministro das Finanças tem andado mal nos últimos tempos, um reflexo claro da sua vontade de sair do Governo e de olhar pelos interesses pessoais. Mas é um facto que, a sair, não será pela porta grande, pelo menos tendo em conta os acontecimentos mais recentes. Numa altura em que as atenções têm de estar centradas na resolução dos problemas sanitários e económicos, Centeno criou mais uma “crise” política com o Primeiro-Ministro. O caso Novo Banco revelou que as relações entre ambos estão a níveis muito baixos. Para todos os efeitos, Centeno parece ter querido passar uma “rasteira”, a Costa, esquecendo que este último tem uma vasta experiência política. Pelo que o ministro das Finanças acabou por ficar mal na fotografia e deixa a ideia de pouca confiança política.

Nesta edição



05 Atualidade
Melhoria dos acessos ferroviários é essencial para o Porto de Sines

Internacional Pág. 08
UE cria fundo de 100 mil milhões para sustentar emprego

Opinião Pág. 09
Mudanças e desigualdades por Covid-19

Opinião Pág. 10
A retração económica e as oportunidades no mercado de trabalho



08 Internacional
Alemanha perto de uma recessão histórica

Negócios e Empresas Pág. 12
O agravamento do regime dos residentes não habituais

Mercados Pág. 16
BPI e FEI criam linha de 95 milhões para a agricultura

Mercados Pág. 17
Santander admite prolongamento das moratórias de créditos



16 Mercados
“No poupar está o ganho” aposta no digital

Mercados Pág. 19
Saúde e tecnologia: a dupla que está a dar cartas no investimento

Fiscalidade Pág. 22
“Taxa Uber” vai suscitar contestação

Fiscalidade Pág. 23
Modelo 22 e as novas regras da derrama

Imprensa

EM REVISTA

EXPANSIÓN

PIB europeu com maior quebra da sua história

O PIB da Zona Euro registou a maior contração da sua história no primeiro trimestre. O recuo foi de 3,8%, face aos três meses anteriores, durante os quais tinha apresentado um aumento de uma décima. No conjunto da União Europeia, a descida foi de 3,3%, o que também representou um recorde. Foram as quebras mais acentuadas desde que estes indicadores começaram a ser publicados em 1995. Os países com as maiores descidas, face ao trimestre anterior, foram a França (-5,8%), a Eslováquia (-5,4%), a Espanha (-5,2%), a Itália (-4,7%), a Bélgica e Portugal (ambos com menos 3,9%).

INVESTIR

BCE vai aumentar compras

A recessão por que passa a Zona Euro deverá ser bastante pior do que se previa há três semanas. O que deverá levar o Banco Central Europeu a anunciar, em junho, um aumento

das suas compras de obrigações. A previsão é avançada pelos economistas inquiridos pela Reuters. A taxa de desemprego deverá disparar para 9,3%, este ano, ainda assim um valor inferior ao esperado para os Estados Unidos. Quanto ao BCE, tudo aponta para que reforce o seu apoio na reunião do início de junho, na ordem dos 375 mil milhões de euros, no âmbito do “Programa de compras de urgência pandémica”, dotado inicialmente com 750 mil milhões de euros. A estes montantes devem juntar-se os 20 mil milhões consagrados todos os meses no quadro dos dispositivos já em curso ainda antes da crise do coronavírus.

RAPID

Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento encaminha projetos de 34 mil milhões

A Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento já recebeu mais de 2300 pedidos de apoio consultivo e aconselhamento técnico. Embora tenham sido apresentados pedidos provenientes de toda a UE, estes provêm, na sua maioria, dos países da coesão, nomeadamente Polónia, Bulgária e Roménia.

Humor económico



VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA DIRETOR João Peixoto de Sousa COORDENADOR EDIÇÃO João Luís de Sousa REDAÇÃO Adérito Bandeira, Aquiles Pinto, Fernanda Teixeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira, Susana Marvão e Teresa Silveira; E-mail agenda@vidaeconomica.pt; PAGINAÇÃO Célia César e Mário Almeida; PUBLICIDADE PORTO Rua Gonçalo Cristóvão, 14, 2º 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt; • ASSINATURAS Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@vidaeconomica.pt; IMPRESSÃO Naveprinter, SA - Porto DISTRIBUIÇÃO VASP, SA - Cacém E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE 112.730 EXEMPLARES, INCLUINDO A CIRCULAÇÃO EM PAPEL E DIGITAL
4000 Município (Porto)
TAXA PAGA
Registo na D G C S nº 109 477
• Depósito Legal nº 33 445/89 •
ISSN 0871-4320 • Registo do ICS nº 109 477

ATUALIDADE

Programa SURE disponibiliza 100 mil milhões de euros

Os Estados-Membros acordaram o regulamento que cria o instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE). Trata-se de um importante passo na luta comum da UE contra as consequências socioeconómicas da pandemia de coronavírus. O apoio financeiro aos Estados-Membros no âmbito do instrumento SURE será disponibilizado assim que todos os Estados-Membros se tenham voluntariamente comprometido e assinado os seus acordos de garantia com a Comissão Europeia. Depois disso, o instrumento SURE ficará operacional.

LUIS CEIA, PRESIDENTE DA CEVAL, DESTACA CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA NA REGIÃO

Alto Minho concentra maioria dos novos investimentos na indústria automóvel

“Nos últimos anos, a região do Alto Minho posicionou-se como um local privilegiado para albergar fabricantes de componentes automóveis que tem como destino da sua produção a fábrica de Vigo do grupo PSA” – afirma Luís Ceia. O presidente da CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho considera que o crescimento e emprego estão agora fortemente ameaçados pelos efeitos da pandemia e pelos reflexos negativos sobre a indústria automóvel. Em entrevista à “Vida Económica”, recorda que as fronteiras da região representam 47% do tráfego rodoviário total entre Portugal e Espanha. O encerramento das fronteiras coloca em causa a sobrevivência de um elevado número de empresas.



Para uma grande parte das empresas do Alto Minho, os clientes galegos representam 80% das vendas totais – refere Luís Ceia.

Vida Económica - Como avalia os efeitos da crise da Covid-19 na região?

Luís Ceia - O impacto da COVID-19 no Alto Minho, tal como no resto do país, ainda é difícil de avaliar com a precisão que se deseja face à incerteza que ainda permanece sobre o comportamento da pandemia.

E, nesta região transfronteiriça, essa imprevisibilidade é porventura mais acentuada, dada a forte relação económica com a Galiza. Somos a região fronteiriça do país que regista o maior movimento diário de veículos ligeiros. Nas 5 fronteiras que ligam o Alto Minho à Galiza passam 31.190 veículos por dia, o que corresponde a 47% do total global de veículos que todos os dias cruzam as fronteiras entre Portugal e Espanha. Esta região, neste aspeto, não tem paralelo com a restante realidade transfronteiriça nacional. É com muita

mágoa que até agora, passados sucessivos governos, não tenhamos visto esta importância reconhecida, o que beneficiaria muito a região, assim como o país.

A nossa economia, particularmente nas regiões mais raianas, está muito dependente dos visitantes galegos. Setores como o comércio, a restauração e a hotelaria estão fortemente dependentes da reabertura das fronteiras. O recente inquérito sobre “A reativação da Economia nas Regiões de Fronteira do do Alto Minho”, promovido pela CEVAL junto do setor comercial, revela que para cerca 40% dos inquiridos as compras dos turistas/visitantes galegos representam mais de 80% das suas vendas totais. São

dados reveladores de uma relação umbilical de muitos anos.

VE - Existe uma grande dependência da região face ao setor automóvel?

LC - Nos últimos anos, a região posicionou-se como um local privilegiado para albergar fabricantes de componentes automóveis que tem como destino da sua produção a fábrica de Vigo do grupo PSA. Esta unidade, depois de em 2019 ter produzido 400 000 veículos, preparava-se para este ano atingir a cifra recorde de 600 000 veículos. Como se depreende, esta dependência é enorme, com um impacto enorme particularmente no emprego. A região, antes da

pandemia, registava das taxas de desemprego mais baixas do país, podendo falar-se inclusive de desemprego técnico.

Para se ter uma ideia desta importância, nos últimos anos, 9 dos 10 maiores investimentos em fábricas cuja produção está essencialmente orientada para Vigo foram feitos no Norte de Portugal, sendo a maioria no Alto Minho.

VE - Que ações a Ceval está a promover para relançar a economia?

LC - A CEVAL, junto com as associações que a compõem, tem procurado estar próximo das empresas e das pessoas, ouvindo, esclarecendo, apoiando, no sentido de poder tornar mais universal e simplificado o acesso às medidas de apoio lançadas pelo Governo. Todo este trabalho tem sido feito em estreita colaboração com outras entidades, em que destacaria a CIP e a AEP.

Estamos também a preparar, em conjunto com as empresas e entidades locais, um plano para a revitalização da economia transfronteiriça.

VE - Que balanço faz das linhas de financiamento e do regime de “lay-off” simplificado?

LC - O balanço, na sua generalidade, é positivo. O “lay-off” é um instrumento que tem sido crucial e que deverá, na nossa opinião, ser prolongado para além dos limites preestabelecidos.

Importa, no entanto, acelerar os pagamentos às empresas de todas as entidades públicas, o Estado deve ser referência no cumprimento das suas obrigações com terceiros.

VE - A recuperação da crise depende da criação de novos incentivos ao investimento e à criação de emprego qualificado?

LC - É desejável reforçar a cooperação entre as empresas e o ensino superior e apostar no aumento da qualificação dos quadros das empresas.

A pandemia veio acelerar o futuro. Por exemplo, o teletrabalho exige competências diferentes, porventura de maior qualificação, que o tornem não um desenasque, mas sim uma alternativa válida ao aumento da produtividade.

Esta cooperação tem de ser palavra de ordem, hoje não é possível existirem empresas competitivas sem ensino superior interveniente, assim como o ensino superior só será de qualidade se for feito com e para as empresas.

Norte de Portugal recebeu 90% dos maiores investimentos na produção de componentes

ACT E SEGURANÇA SOCIAL FISCALIZAM IRREGULARIDADES

Pagamentos de 'lay-off' às empresas atingem 284 milhões de euros

Até meados desta semana, havia cerca de 110 mil empresas, empregando mais de um milhão e 300 mil trabalhadores, que se tinham candidatado ao regime de 'lay-off' simplificado. Mas nem todos os requerimentos foram deferidos. E há ações inspetivas a decorrer junto de 290 empresas. A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Segurança Social estão no terreno a fiscalizar eventuais irregularidades nos processos.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho revelou que, até 15 de maio, dos cerca de 110 mil requerimentos, os apoios de 'lay-off' apenas tinham sido pagos a 83,3 mil empresas, ou seja, 84% do total das 99,1 mil que se candidataram até 30 de abril. E abrangiam 681 mil trabalha-

dores, numa média de oito trabalhadores por empresa.

No total, tinham sido pagos 284 milhões de euros, correspondentes a 83.344 pedidos, ao abrigo deste mecanismo, sendo que 84% dos trabalhadores abrangidos nestes processos se encontram em suspensão do contrato e 16% em redução do horário de trabalho.

Esta semana, a ministra do Trabalho revelou numa audição no Parlamento que quase 65 mil empresas (64.716 pedidos) já pediram a renovação do 'lay-off'. Ana Mendes Godinho também adiantou que os serviços da Segurança Social foram reforçados com 200 novos profissionais para dar resposta a este acréscimo de solicitações. E ainda avançou que, dos requerimentos apresentados, 5400 correspondiam a empresas com dívidas à Segurança Social ou ao Fisco e que cerca de 4000 não eram elegíveis ou careciam de informação suficiente para tramitar os processos, pelo que foram indeferidos.

Lisboa e Porto concentram perto de metade dos pedidos de 'lay-off'

As empresas do alojamento, restauração e similares foram as que mais se candidataram a 'lay-off' (22,9%), seguindo-se o comércio



e reparação de veículos automóveis e motocicletas (22,2%), as indústrias transformadoras (9,8%), a saúde humana e apoio social (7,1%) e outras atividades de serviços (5%).

Além destes setores, candidataram-se ainda ao 'lay-off' simplificado cerca de 5300 pessoas singulares com trabalhadores a cargo, representando 4,8% das entidades empregadoras candidatas. O número de trabalhadores ao serviço é de 10 mil.

São as indústrias transformadoras as que terão mais trabalhadores em 'lay-off' (21,6% do total), seguindo-se o comércio e reparação de veículos automóveis e motocicletas (18%), o alojamento e restauração (17,5%),

e as atividades administrativas e dos serviços de apoio (11,1%). Estes quatro setores concentram 68% dos trabalhadores que se estima estarem em 'lay-off'.

Os distritos de Lisboa e do Porto concentram quase metade dos pedidos de 'lay-off' em termos do número de empresas, 23,6% e 18,9%, respetivamente. Segue-se o distrito de Braga (9,6%), Faro e Aveiro (mais de 6%), Setúbal, Leiria, Coimbra e Santarém (com 3% ou mais), Madeira, Viseu e Viana do Castelo (mais de 2%), Açores, Vila Real, Castelo Branco, Évora, Guarda e Bragança (menos de 2%) e Beja e Portalegre (menos de 1%).

PUB

VidaEconómica
Business School

Estratégia de marca para tempos de crise

27 maio

14h00/18h00

JUNTE-SE A ESTE ON-LINE SHORT COURSE E DESCUBRA QUAIS AS BOAS PRÁTICAS QUE A SUA MARCA DEVE ADOPTAR EM TEMPOS DE CRISE A CURTO E MÉDIO PRAZO.

DESCRIÇÃO

A crise global associada à pandemia COVID-19 desenrola-se com níveis de imprevisibilidade e complexidade sem precedentes históricos. Está a testar a capacidade de resposta dos governos, nomeadamente dos sistemas de saúde e das medidas de socorro à economia. Mas está também a testar a capacidade de resposta das empresas - de forma imediata e a médio prazo.

É natural que as marcas sintam a insegurança e o medo resultantes dos níveis de incerteza sem precedentes que estamos a viver. Mas no meio de tantas mudanças que se avizinham uma coisa nós sabemos que não se altera - a necessidade que as marcas têm de ser escolhidas em detrimento da concorrência. As marcas vão ter que se adaptar a uma nova realidade competitiva.

OBJETIVOS

- Boas práticas de resposta à crise (perspectiva imediata);
- Compreender que mudanças devem ser implementadas para que as marcas possam sobreviver e prosperar num cenário de crise (curto e médio prazo);
- Compreender as alterações à envolvente competitiva e aos comportamentos dos consumidores;
- Compreender a necessidade de definir o propósito da marca;
- Compreender a necessidade de definir uma posição (ponto de vista).

PROGRAMA

1. A alteração do contexto competitivo - um mundo super VUCA;
2. Previsões às alterações de consumo
3. Quais os novos desafios para as marcas?
4. Um novo paradigma para as marcas;
5. A resposta das marcas à crise:
6. O que é que as marcas devem mudar na sua estratégia e que resposta devem dar para além do curto-prazo?
7. A crescente importância da marca na comunicação interna e a gestão da comunidade.

PREÇOS

Público em Geral: €100
(IVA incluído)

Assinantes VE: €75

FORMADOR: João Gilsanz Magalhães
Partner & Strategy Director na Super. Brand
Consultants

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Fax: 222 058 098 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt

JOSÉ LUÍS CACHO, PRESIDENTE DA APS, ALERTA

Melhoria dos acessos ferroviários é essencial para o Porto de Sines

O Porto de Sines tem ainda bastante potencial de crescimento. No entanto, muito dependerá dos investimentos a realizar nas acessibilidades ferroviárias. Este ano será de recuperação, na perspetiva de José Luís Cacho, presidente da APS. O porto vai continuar a apostar no desenvolvimento do segmento da carga contentorizada, ao mesmo tempo que estão a ser desenvolvidos esforços para captar novas áreas de negócios. José Luís Cacho acredita ainda que existe vontade política para o Governo avançar com os investimentos previstos para o setor portuário.

GUILHERME OSSWALD
guilherme@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Qual a atual situação do mercado portuário, no que toca ao Porto de Sines?

José Luís Cacho - O ano 2019 ficou marcado pela excelente performance do Terminal de Gás Natural de Sines, que registou um crescimento de 44,5%, face ao período homólogo, ultrapassando os quatro milhões de toneladas. Este resultado permitiu reforçar a sua posição de principal porta de entrada de GNL no país, sendo responsável por cerca de 90% do consumo nacional. No entanto, a crescente descarbonização da economia teve impacto nos volumes de movimentação do Porto de Sines, refletindo-se em dois dos principais segmentos de carga, nos granéis líquidos, com as ramas a registarem um decréscimo de 16%, face à redução de receção de matéria-prima por parte da Refinaria de Sines, e nos granéis sólidos, com a redução do recurso ao carvão para produção de energia, privilegiando energias mais limpas, registando um decréscimo de 39%. No que diz respeito à carga contentorizada, e em virtude do realinhamento de alguns serviços de linhas regulares e da renegociação de condições laborais, o Terminal XXI registou um decréscimo de 18,7%, tendo, ainda assim, ultrapassado a barreira dos 1,4 milhões de TEU, preservando a sua posição enquanto principal terminal de contentores do país, com uma quota de 52%. O ano 2020 perspetiva-se como um ano de franca recuperação, tendo em conta a expansão que será levada a cabo pela concessionária PSA Sines, que duplicará a capacidade instalada do terminal para 4,1 milhões de TEU.

VE - Quais as consequências da pandemia na atividade do Porto de Sines?

JLC - Apesar do contexto difícil que atravessamos, o Porto de Sines continua a operar sem quaisquer constrangimentos em todos os seus terminais, pautando-se pelo cumprimento rigoroso das orienta-



Sines vai continuar a apostar na carga contentorizada e na promoção de novas áreas de negócios, adianta José Luís Cacho, presidente da APS.

ções da Autoridade de Saúde, postas em prática pelos Planos de Contingência definidos, sendo de salientar o empenho e esforço acrescido de todos os trabalhadores e demais entidades da sua comunidade portuária neste sentido. No que diz respeito aos índices de movimentação, e pese embora ainda registemos valores ligeiramente abaixo do período homólogo de 2019, o mês de março apresentou sinais de recuperação, principalmente no que diz respeito à carga contentorizada, sinais esses que foram reforçados em abril.

VE - Quais os principais problemas que ainda se colocam à vossa atividade?

JLC - Apesar de o Porto de Sines operar anualmente mais de seis mil comboios, a melhoria das acessibilidades ferroviárias é muito importante para alargar o hinterland e sustentar o crescimento do porto, principalmente no que diz respeito à linha do Sul, pela ligação de Sines a Elvas/Caia, cujas obras decorrem, com o forte comprometimento do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, estando prevista a sua conclusão em dezembro de 2023.

VE - O Porto de Sines continua com potencial para crescer?

JLC - Sem dúvida. As nossas previsões apontam para uma recuperação dos volumes movimentados em 2020, principalmente no que diz respeito à carga contentorizada. Por outro lado, as expectativas apontam também para que o GNL continue a crescer.

Desenvolvimento da carga contentorizada

VE - Qual a estratégia definida para os próximos tempos?

JLC - Continuaremos a apostar no desenvolvimento da carga contentorizada, com o início das obras de expansão do Terminal XXI, sob a responsabilidade da PSA Sines, que permitirão duplicar capacidade instalada para 4,1 milhões de TEU. Por outro lado, e ainda neste segmento, de recordar que foi lançado o concurso público internacional para a concessão do Terminal Vasco da Gama em outubro de 2019, cuja capacidade rondará os 3,5 milhões de TEU. Para além disso, e em estreita colaboração com a AICEP Global Parques (entidade gestora da Zona Industrial e Logística de Sines), estamos neste momento a encetar esforços para a captação de novas oportunidades de negócio para o Terminal Multipurpose, nomeadamente na área do agronegócio. De lembrar que este Terminal está vocacionado para a movimentação de granéis sólidos, principalmente carvão, carga que deixará de ser movimentada nesta infraestrutura em seguimento ao futuro encerramento das centrais termelétricas de Sines e do Pego.

VE - Quais os investimentos previstos e em curso?

JLC - O ano 2019 cumpriu o importante objetivo de dar continuidade ao crescimento do Porto de Sines no que diz respeito à carga contentorizada, segmento

onde ocorrerão os principais investimentos no porto. Em seguimento à assinatura do 5º Aditamento do Contrato com a PSA Sines, arrancarão a curto prazo as obras de expansão do Terminal XXI, sob a responsabilidade da concessionária, que dotarão esta infraestrutura de uma capacidade instalada de 4,1 milhões de TEU, oferecendo uma frente de cais de 1750m, apto a operar simultaneamente quatro dos maiores navios em operação comercial presentemente, com 400 m de comprimento fora a fora, num investimento de cerca de 660 milhões de euros. Em paralelo, a Autoridade Portuária iniciará os trabalhos com vista ao prolongamento do molhe leste em cerca de 750 m, num investimento de 75 milhões de euros, por forma a adequar e salvaguardar a segurança das operações naquele terminal.

Em 2019 foi ainda lançado o concurso internacional para a concessão do Terminal Vasco da Gama, cuja capacidade instalada rondará os 3,5 milhões de TEU, com uma frente de cais de 1375 m, permitindo a operação simultânea de três dos maiores navios em operação comercial presentemente, com 400 de comprimento fora a fora. De salientar que, à semelhança do Terminal XXI, a concessão do futuro Terminal Vasco da Gama será como base o Modelo BOT (Build, Operate, Transfer), ou seja, resultado de investimento totalmente privado, que se prevê na ordem dos 640 milhões de euros. Compete à Autoridade Portuária a construção do molhe de proteção, bem como os acessos rodoferroviários ao terminal, investimento que rondará os 160 milhões de euros.

Comprometimento do Governo

VE - A APS está de acordo com as políticas delineadas pelo Governo para a área portuária?

JLC - O Governo, nomeadamente o atual ministro Pedro Nuno Santos, tem-nos transmitido o seu empenho e comprometimento no desenvolvimento dos portos nacionais e a estratégia apresentada tem objetivos ambiciosos. No que respeita a Sines e com o envolvimento de toda a comunidade portuária, estamos certos de que serão possíveis de atingir.

VE - O que é necessário fazer para tornar a atividade portuária no Porto de Sines ainda mais competitiva?

JLC - O Porto de Sines já possui grandes vantagens competitivas que são determinantes para os bons resultados do porto, nomeadamente a capacidade de receber todo o tipo de navios e movimentar todo o tipo de cargas, assim como a utilização de tecnologia de ponta no despacho de navios e mercadorias. Os equipamentos de última geração e os profissionais qualificados são igualmente decisivos para a elevada produtividade em todos os terminais do Porto de Sines. O Porto de Sines deverá ser, cada vez mais, um porto competitivo, reforçando a oferta portuária, aumentando a produtividade em todas as áreas, apostando na melhoria das infraestruturas, dos equipamentos, dos sistemas de informação e na formação profissional dos seus trabalhadores.

Covid-19 não impede funcionamento de Sines em todos os seus terminais

JOSÉ MONTEIRO, COUNTRY MANAGER DA COFACE PORTUGAL, CONSIDERA

Crise favorece indústria agroalimentar e farmacêutica

“O risco de crédito das empresas será muito elevado, mesmo num cenário otimista em que a atividade económica recomeçará gradualmente no terceiro trimestre do ano” – afirma José Monteiro. Em entrevista à “Vida Económica” o “country manager” da Coface Portugal destaca o setor automóvel, o turismo e a aviação entre os setores mais atingidos. Pelo contrário, a atual crise está a beneficiar o agroalimentar e a indústria farmacêutica. A nível mundial, a Coface prevê uma quebra média de 1,3% no PIB, a redução das trocas comerciais e recessão em 68 países.

Vida Económica - Com a crise da Covid-19 estamos perante os riscos mais altos de sempre nas empresas?

José Monteiro - Estamos sem dúvida perante uma crise sem precedentes, cuja dimensão das implicações económicas e sociais será seguramente muito significativa. Por isso, as empresas devem agir com prudência, na gestão dos seus riscos comerciais, servindo-se dos recursos e ferramentas existentes, nomeadamente o seguro de créditos, por forma a obterem um conhecimento o mais atualizado possível da situação dos seus clientes, no que se refere aos efeitos que os confinamentos implementados a nível global provocaram na sua atividade. A singularidade desta crise torna inúteis as comparações com as anteriores, uma vez que todas as mais recentes e que estão na nossa memória tiveram origem financeira. A questão já não é saber que países e setores de atividade serão afetados por este choque, mas sim quais serão poupados e vão ultrapassar esta situação muito difícil.

VE - Além dos riscos diretos da pandemia, há um efeito de agravamento dos riscos que já existiam nas análises



“Neste contexto de pandemia, estamos também a assistir a um aumento no número de fraudes nas transações empresariais, para as quais a Coface alerta frequentemente, não só os seus clientes, mas também o mercado em geral” – explica José Monteiro.

da Coface?

JM - As nossas equipas de gestão de informação e análise de risco, localizadas nas diversas geografias em que a Coface opera, mais de 100 países a nível global já vinham incorporando os indi-

cadores de desaceleração que estava a ocorrer em diversos países, bem como os seus impactos em vários setores de atividade, nomeadamente os ligados aos bens de consumo duradouros, como o setor automóvel. Neste

momento, a desaceleração que estávamos a verificar neste setor foi agravada, sendo, a par com o turismo e a aviação, provavelmente, os setores mais afetados pela pandemia de COVID-19. Outros setores, como o têxteis, calçado e a eletrónica, serão também afetados. No outro extremo, o consumo de produtos agroalimentares e farmacêuticos estão a beneficiar desta situação excepcional. O choque

Seguro de crédito facilita o financiamento bancário

Estados estão a aumentar apoios aos seguros de crédito

“Na Coface, consideramos que é fundamental, como contributo para a retoma económica do país, o apoio do Governo às seguradoras de créditos a operarem em Portugal” – refere José Monteiro. Estamos a verificar diariamente, em toda a Europa e não só, a implementação de linhas de apoio público à atividade do seguro de créditos, disponibilizadas pelos governos, que visam permitir às seguradoras manter a sua capacidade de assumir exposição, em partilha de risco com o Estado, no sentido de assegurar a sua competitividade comparativamente com as

seguradoras dos outros países, que estão a cobrir o risco de crédito das empresas concorrentes com as empresas nacionais. “De facto, e no contexto atual, é muito importante que as empresas portuguesas, exportadores e não só, possam também beneficiar de melhores coberturas de risco junto das suas seguradoras, no sentido de poderem continuar a operar sem necessidade de aumentar os seus custos financeiros, ao recorrerem a linhas de crédito para assegurar as suas necessidades de fundo de maneo, uma vez que o crédito de fornecedores é fundamental

para o normal funcionamento da atividade económica” – acrescenta o “country manager” da Coface Portugal. Em sua opinião, as dificuldades com que as empresas estão a confrontar-se e que vão viver nos próximos meses poderão ser mitigadas com o esforço que os governos de todos os países afetados estão a fazer, bem como de outras instâncias internacionais que, no seu conjunto, estão a adotar medidas extraordinárias de apoio às empresas, que visam apoiar a oferta e a procura, com vista a podermos ultrapassar com a máxima rapidez este momento de exceção.

pode ser ainda mais violento nas economias emergentes, porque, para além da gestão da pandemia, que lhes será mais difícil, enfrentam também a queda dos preços do petróleo, bem como as saídas de capital, que quadruplicaram em relação aos níveis de 2008.

Primeira recessão desde 2009

VE - Sendo a Coface uma empresa global, considera que a incidência não será a mesma em todos os mercados?

JM - O departamento de pesquisa e análise económica da Coface prevê para 2020 a primeira recessão da economia mundial desde 2009, com uma taxa de crescimento de -1,3% (após +2,5% em 2019). Prevê-se que a recessão afete cerca de 68 países (contra apenas 11 no ano passado), uma queda do comércio mundial de 4,3% (após uma queda de -0,4% em 2019) e um aumento de 25% das insolvências de empresas a nível mundial (em comparação com a previsão inicial de Janeiro, que era de +2%). Estamos conscientes de que o risco de crédito das empresas será muito elevado, mesmo num cenário “otimista”, em que a atividade económica recomeçará gradualmente no terceiro trimestre do ano, e desde que não exista uma segunda vaga da pandemia no segundo semestre de 2020.

VE - Que impacto está a ter sobre o seguro de crédito e os prémios praticados?

JM - No caso da Coface, os prémios de seguro são calculados de acordo com diversos indicadores, resultantes da avaliação do risco da carteira de clientes dos segurados ou potencial segurados, do seu volume de negócio, bem como da ponderação de vários fatores, tais como os prazos de vencimento dos créditos em risco, o risco do setor em que os compradores se situam, o risco do país, etc. Deste modo, caso ocorra um aumento do prémio, o mesmo está associado aos fatores anteriormente referidos, bem como à sinistralidade ocorrida e previsível. Apesar desta metodologia na definição dos prémios a praticar, temos de ter consciência que o efeito da pandemia na atividade económica agrava significativamente o risco de incumprimento das empresas, em particular nos setores que serão mais afetados. Apesar deste contexto difícil, a Coface tem procurado ajustar a sua ex-

Insolvências de empresas devem aumentar 25% a nível mundial

posição em função de uma análise das necessidades da procura e do risco sectorial, procurando acompanhar a exposição dos seus clientes, garantindo assim o fundamental da sua atividade de cobertura de risco de crédito e da liquidez das empresas.

VE - O aumento esperado da sinistralidade coloca em causa o equilíbrio de exploração do seguro de crédito?

JM - Naturalmente que a sinistralidade tem impacto na atividade das seguradoras no seu todo, o que também se aplica às seguradoras de créditos. No entanto, a confirmação do rating A2 da Coface reflete a confiança da Moody's na sua resiliência como seguradora de créditos, graças à sua capacidade de rever os riscos de curto prazo, e a sua estabilidade financeira, uma vez que apresentou no final de 2019 um rácio de solvabilidade de 190%, superior ao seu objetivo de se situar entre 155%-175%. É importante também sublinhar que os mecanismos de apoio às seguradoras de crédito, implementados por muitos governos a nível global, contribuirão de forma muito significativa para mitigar o impacto desta crise nas seguradoras de créditos.

Proteger transações nos mercados externos

VE - De que forma a Coface pode ajudar as empresas a gerir os riscos de incumprimento?

JM - A Coface é uma seguradora de crédito especializada no risco de incumprimento de pagamento, ou seja, na proteção contra a falta de pagamento das empresas aos seus fornecedores, estejam eles localizados no mercado doméstico ou em mercados externos. O seguro de crédito tem um papel fundamental no apoio à solidez financeira das empresas, porque permite cobrir o risco de incumprimento dos créditos detidos sobre os seus clientes, independentemente do país onde se encontra o mercado de destino. Esta solução, para além de permitir que as empresas tenham à sua disposição informação atualizada sobre a qualidade creditícia dos seus clientes e potenciais clientes, em qualquer lugar do mundo, através de uma ferramenta que assegura uma gestão eficaz da recolha, análise e monitorização do risco de crédito, permite também delegar na seguradora a recuperação dos créditos concedidos, um serviço que é

particularmente vantajoso em mercados externos, onde a distância, a língua e o desconhecimento da legislação local dificultam o processo de cobrança de dívidas. O seguro de crédito facilita ainda o acesso ao crédito bancário, permitindo a antecipação dos recebimentos dos clientes, cujo risco de incumprimento é coberto pela seguradora.

Em conclusão, o seguro de créditos é um instrumento de proteção por excelência, uma vez que desenvolve a qualidade do negócio e ajuda no crescimento da rentabilidade das empresas, minimizando o risco de insolvências, permitindo ainda identificar novos clientes com vista ao crescimento da atividade. Para além destas vantagens, é importante realçar que a Coface é a única seguradora em Portugal que inclui

nas suas apólices a cobertura do risco político e catastrófico, bem como a única seguradora de crédito a operar a nível global com uma marca única, as mesmas soluções e tecnologias, propondo, através da sua rede internacional, soluções especializadas para cada segmento de clientes, qualquer que seja o mercado em que opera.

VE - Quais são as precauções que as empresas devem tomar quando concedem crédito aos seus clientes?

JM - Neste contexto, global e incerto, em que a capacidade de previsão é muito difícil de assegurar e onde os riscos se agravam de forma acentuada, utilizar o seguro de créditos como forma de garantir a cobertura do risco de incumprimento dos clientes garante um impacto muito positivo na rentabili-

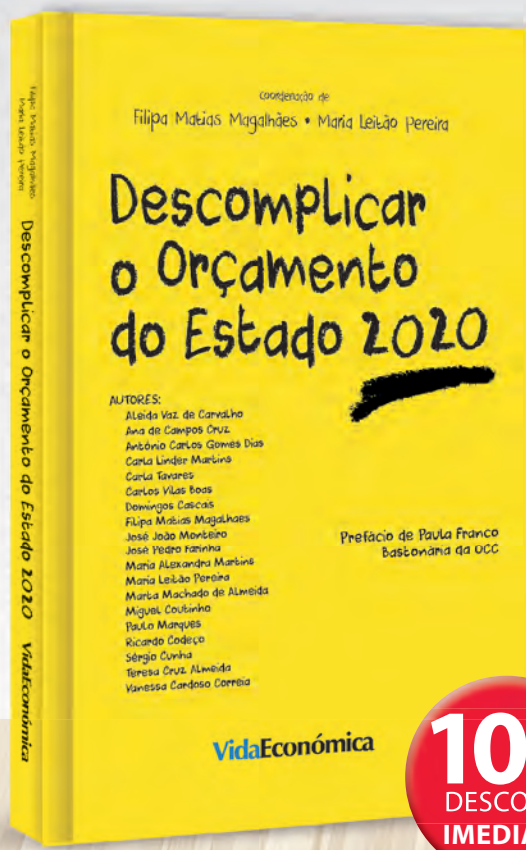
de e confere maior segurança às trocas comerciais, quer a nível doméstico, quer, fundamentalmente, na exportação.

Neste contexto de pandemia, estamos também a assistir a um aumento no número de fraudes nas transações empresariais, para as quais a Coface alerta frequentemente, não só os seus clientes, mas também o mercado em geral. Deste modo e sempre que existem dúvidas nos contactos com potenciais clientes ou com clientes já existentes, aconselhamos a recolher informações no meio profissional ou do setor de atividade, permitindo verificar se o cliente é co-

nhecido e qual o seu modo de atuação junto de outros fornecedores. Será importante procurar promover um encontro com o seu cliente, mesmo que de forma remota, no sentido de validar a sua conformidade e, sempre que necessário, contactar o departamento de gestão de riscos da seguradora de créditos com que estiver a operar, com o objetivo de avaliar a informação existente e a credibilidade do contacto. Com esse apoio, as empresas garantem a tranquilidade e estabilidade financeira indispensáveis, para o seu crescimento sólido e sustentado.

Solvabilidade da Coface atingiu 190%, ultrapassando o objetivo fixado

Novidade



DESCOMPLICAR O ORÇAMENTO DO ESTADO 2020

Com Prefácio de Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, esta nova edição inclui contributos de um conjunto alargado de especialistas com responsabilidades nas mais variadas áreas (fiscais, contabilísticas, docência e Administração Pública, central e local, entre outras), que vão dar o seu contributo nesta tarefa de descomplicar a Lei do Orçamento de Estado para 2020, escrutinando-a em conjunto com os diplomas que altera ou complementa.

Aqui, o leitor poderá encontrar a resposta para algumas das dúvidas mais prementes relativamente às alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020.

A nova edição **Descomplicar o Orçamento do Estado 2020** ajuda-o a encontrar respostas para as questões e dúvidas que a Lei do Orçamento de Estado suscita.

**10%
DESCONTO
IMEDIATO***

VidaEconómica

Título DESCOMPLICAR O ORÇAMENTO DO ESTADO 2020

Autores Vários

Páginas 330

PVP €13 **PVP c/ desc.** €11.70

VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão,
14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt>

encomendas@vidaeconomica.pt

223 399 400

CUPÃO ENCOMENDA

Nome _____ Nº Contribuinte

Morada _____

C. Postal - E-mail _____

Solicito o envio do livro **Gestão de Pessoas a Preto e Branco**

Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

Para o efeito envio cheque/vale nº _____, / s/ o _____, no valor de €

Solicito envio de referência de multibanco para o email _____

Solicito o envio à cobrança. (Acréscem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA _____

Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.

Consulta pública sobre a meta climática para 2030

Está a decorrer, até 23 de junho, uma consulta pública através da qual a Comissão Europeia pretende recolher pareceres sobre o nível de ambição desejado das políticas em matéria de clima e de energia, as ações necessárias em diferentes setores e a conceção de políticas específicas para aumentar a ambição em matéria de clima até 2030. Tem igualmente por objetivo recolher mais informações, incluindo roteiros, sínteses políticas e estudos pertinentes para uma maior redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Vacina para a Covid-19 vai demorar ainda um ano

Uma vacina contra o novo coronavírus poderá ser aprovada dentro de um ano, tomando como base um cenário otimista, de acordo com a Agência Europeia do Medicamento (EMA). Por seu lado, a agência garante que tudo fará para acelerar o processo de aprovação, mas está cética quanto às possibilidades de aparecer uma vacina até setembro, como tem sido referido com alguma frequência. Para as vacinas é necessário partir do zero, pelo que, na melhor das hipóteses, haverá que esperar ainda um ano.

ÚLTIMOS INDICADORES SÃO PREOCUPANTES

Alemanha perto de uma recessão histórica

O PIB da primeira economia europeia registou uma quebra de 2,2%, no primeiro trimestre. A descida adivinha-se ainda mais acentuada no segundo trimestre. As famílias, pilar da economia germânica, revelam um pessimismo que arrisca limitar os efeitos do plano de relançamento prometido pelo Governo de Angela Merkel.

As primeiras estimativas da pandemia sobre a economia alemã não são encorajadoras. A realidade é que o país já está tecnicamente em recessão. Desde a crise financeira que não se tinha verificado tal contração, como no primeiro trimestre. Ora, quando o motor alemão começa a dar sinais de fragilidade, toda a economia europeia tem motivos para estar preocupada. Com a agravante que a retoma não será rápida, podendo alongar-se por um período bastante longo (a maioria dos analistas acredita que as primeiras estimativas eram excessivamente otimistas).

As medidas restritivas de encerramento do comércio foram generalizadas apenas a 22 de março. Ainda no final do mês passado, a situação tornou-se ainda mais complicada na indústria automóvel. É muito possível que as quebras neste setor também atinjam níveis históricos, sendo que se trata de uma das mais importantes vertentes da economia alemã. Ainda antes da crise, a situação não estava fácil neste segmento.



O Governo da chanceler Angela Merkel tem tempos muito difíceis pela frente.

Os analistas acreditam que é de esperar um declínio sem precedentes na conjuntura industrial, nos próximos meses, devido à Covid-19. O DB prevê um recuo de 14% no PIB no segundo trimestre.

O pessimismo tem consequências no emprego. Ao contrário da crise de 2008, em que o mercado interno foi poupado, o

coronavírus está a provocar um aumento do desemprego, estando a recorrer-se de forma massiva ao trabalho parcial. Certo é que o número de pessoas sem trabalho cresceu mais de 13%, em abril, para mais de 5,8% da população ativa da Alemanha. Serão alcançados números nada habituais no país no que toca ao desemprego.

Europa prepara fundo para sustentar empresas estratégicas

A crise económica está a levar a Europa a repensar a sua estratégia económica. A ideia de um fundo europeu capaz de sustentar certas empresas, por via da tomada de partes do seu capital, está a ganhar forma. De tal modo, que a Comissão Europeia deverá avançar com uma proposta sobre esta matéria. Em causa estão as empresas estratégicas.

Bruxelas estuda a possibilidade de criar um fundo de investimento destinado a recapitalizar ou a adquirir partes de sociedades estratégicas com falta de capital. Será também uma forma de defender as empresas europeias dos predadores externos, especialmente chineses e norte-americanos. O controlo dos grupos estrangeiros de empresas europeias é uma realidade cada vez mais evidente. Mas um fundo desse tipo também se justifica na medida em que o relançamento económico será muito desigual. Por exemplo, a Itália terá muitas dificuldades em garantir apoios às suas empresas. A conjuntura é muito difícil para várias empresas, independentemente da sua dimensão. Estão ainda por definir as modalidades de funcionamento deste fundo, mas o “braço armado” poderá ser o Banco Europeu de Investimento (BEI), já que possui as ferramentas adequadas para o efeito.

Desemprego dispara nos países da OCDE

A OCDE alerta que os dados mais recentes para o mês de abril apontam para um forte aumento do desemprego. A Zona Euro e os Estados Unidos estão a contribuir de forma significativa para o agravamento do número de pessoas sem trabalho, de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

O número de desempregados, nos países da OCDE, passou para quase 37 milhões em março, o que compara com menos de 35 milhões um mês antes, incluindo 12,15 milhões na Zona Euro e 7,14 nos Estados Unidos. Verificou-se sobretudo um forte aumento neste último país, com a taxa de desemprego a passar de 4,4% do mercado laboral, em março, para quase 15% no mês seguinte, com o Canadá também a registar um acréscimo de 7,8%, para 13%, adianta a organização. Entre os países membros, a maior taxa de desemprego correspondeu à Grécia (16,4%), seguindo-se a Espanha (14,5%). Já as taxas mais baixas tiveram lugar na República Checa (2%), no Japão (2,5%) e Holanda (2,9%). A subida foi mais acentuada nos jovens com idades inferiores a 25 anos.

A situação do mercado poderá tornar-se ainda mais grave, muito dependendo da evolução da pandemia Covid-19.

PROGRAMA TEM A DESIGNAÇÃO “SURE”

UE cria fundo de 100 mil milhões para sustentar emprego

A União Europeia vai contar com um fundo de 100 mil milhões de euros para conceder empréstimos aos países mais penalizados pela pandemia. O grande objetivo é sustentar as medidas destinadas a evitar os despedimentos. A iniciativa tem a designação de “SURE”.

O novo fundo permitirá utilizar o financiamento comunitário para sufragar os sistemas de emprego temporário, em que as empresas mantêm com contrato os trabalhadores ainda que estes cessem a sua atividade e o Estado intervenha com ajudas públicas. Ou seja, o que se pretende é minimizar o mais possível os despedimentos, para que a economia esteja em condições de descolar a partir do momento em que termine a emergência sanitária. Os créditos “SURE” tomam por base o orçamento da União Europeia e as garantias atribuídas pelos Estados-Membros.

O valor total das garantias rondará os 25 mil milhões de euros. Por sua vez, o programa estará operacional até ao final de dezembro de 2022, mas, eventualmente, poderá verificar-se uma extensão desse período,



A manutenção dos postos de trabalho mantém-se como uma das principais preocupações da Comissão Europeia e dos Estados-Membros.

caso se torne necessário. A acontecer, será por períodos de seis meses, caso as perturbações económicas provocadas pelo Covid-19 persistam no tempo. Trata-se de uma das três “redes de segurança”, num valor de 540 mil milhões de euros para empregos e tra-

balhadores, empresas e Estados-Membros. A manutenção dos postos de trabalho é um fator fundamental para que a economia possa recuperar rapidamente, pelo que está a merecer especial atenção por parte da Comissão e dos governos nacionais.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

O desígnio da indústria

O “Desígnio da Indústria” é a assinatura do “Programa PEDIP 5.0”, que a “AEP – Associação Empresarial de Portugal” em boa hora está a propor ao Governo, com o objetivo de fomentar o investimento na atividade produtiva transformadora, de modo a reforçar as cadeias produtivas e de valor “made in Portugal”.

Desde há muito que o tema da reindustrialização tem vindo a ocupar a agenda política dos decisores nacionais e europeus, tornando-se uma espécie de “sound bite” para a retórica pública, que, infelizmente, tem morrido aí mesmo, pois, na prática, nada é feito para se concretizar a intenção.

A divisão internacional do trabalho, que se iniciou nos anos 80, e que se foi desenvolvendo ao longo das décadas seguintes, acompanhando o fenómeno da globalização, fez deslocar as indústrias mais dependentes da mão-de-obra intensiva para países menos desenvolvidos, cujos custos salariais eram substancialmente mais baixos, mantendo as atividades com mais valor acrescentado, nomeadamente a investigação e o desenvolvimento, o design, o marketing e a distribuição, a finança e os serviços em geral, nos países mais desenvolvidos, onde os salários se mantinham em crescimento, aprofundando o fosso entre os dois mundos e justificando, cada vez mais, o fim da indústria transformadora clássica na Europa e nos Estados Unidos.

Apesar de o reverso da medalha ter sido o desemprego em extensas faixas da população trabalhadora, a verdade é que o incremento da oferta de produtos a preços baixos conseguiu compensar a situação, até porque os sistemas nacionais de segurança social foram aguentando com grande resiliência os choques sociais daí resultantes.

A verdade é que, nos últimos anos, muitas vezes se levantaram contra esta tendência, sobretudo após a grande crise económica e financeira global, em 2008, e especialmente durante as crises soberanas na Europa, no início da década que vivemos, pois a ausência de indústria em muitos desses países promoveu o crescimento rápido do desemprego, o desequilíbrio das balanças comerciais e a dependência externa de muitos países, aumentando as desigualdades e a conflitualidade social.

A pandemia da COVID-19 expôs as fragilidades dos países desenvolvidos – todos eles – num estado de emergência: quando era necessária uma reserva estratégica de equipamentos de proteção sanitária, tão simplesmente máscaras ou batas cirúrgicas, ou ventiladores para as UCI, estes não existiam, tendo que ser importados precipitadamente da China, com todos os problemas que daí advieram e que tão bem conhecemos. Esta lição dolorosa deve obrigar-nos a corrigir a mão.

Portugal, ao contrário de muitos países europeus, manteve um tecido industrial

robusto no domínio das atividades transformadoras tradicionais, do têxtil ao mobiliário, do calçado aos moldes, da metalomecânica ao agroalimentar, que resistiu à tendência instalada, e que foi causa primeira da recuperação rápida e sustentada do país, após o resgate financeiro da “troika” de credores, após 2011.

Também, agora, no rescaldo da pandemia, quando a geoeconomia do mundo está em transformação, a indústria portuguesa pode encontrar aqui uma nova oportunidade para florescer, uma vez que está posicionada com vantagem para a reconstituição das cadeias produtivas e de valor, em proximidade, evitando a perigosa dependência das importações de outras geografias distantes.

Foi por esta a razão, de evidente oportunidade, que a AEP desenhou o programa “Pedip 5.0”, priorizando o investimento da economia portuguesa nas indústrias transformadoras, modernizando as existentes e promovendo o lançamento de outras, aproveitando o precioso “know-how” e capacidade instalada existentes, modernizando-o com a transferência de conhecimento e a inovação, que o nosso atual sistema científico e tecnológico, em todos os domínios, pode oferecer, de modo a que não apenas possa substituir importações, mas venha a reforçar a vocação exportadora do país, perseguindo igualmente o desígnio nacional de, até ao final de 2030, Portugal possa ter mais de 60% do seu PIB gerado na exportação de bens e serviços.

O programa “Pedip 5.0” não pretende ser uma reposição do homónimo que, no início da década de 90 do século passado, inaugurou os sistemas de incentivos comunitários a Portugal, mas um plano capaz de reforçar o setor secundário nacional com base em novos “drives”, como a I&D, design e sustentabilidade, de maneira que aquele se diferencie pelo valor e não pelo preço, que permita gerar emprego bem remunerado e estimule a produtividade, e que venha a afirmar o “made in Portugal” em todos os mercados pela excelência do nosso saber-fazer.

Trata-se de um projeto estruturado, fundamentado e quantificado, passível de monitorização, cuja credibilidade está fundada na reputação da sua autoria e no histórico de 170 anos, ao longo dos quais a AEP pugnou sempre e inquebrantavelmente pelo desenvolvimento da economia nacional assente na indústria e nos serviços que dele direta ou indiretamente dependem. Importa não esquecer que a AEP – então “Associação Industrial Portuguesa” – nasceu da revolução industrial, pelo que, agora, volvidos quase dois séculos, é um imperativo da sua missão regressar à defesa incondicional da indústria para que ela se transforme num desígnio que a todos nos mobilize para defender Portugal e garantir o seu futuro.



PAULO RAMALHO
Vereador da Economia e das Relações Internacionais da Câmara Municipal da Maia

Mudanças e desigualdades por Covid-19...

A Covid-19 alterou, ainda que temporariamente, muitos dos nossos hábitos. Passámos a ter de usar uma máscara, a manter um certo “distanciamento social”, a conviver com o medo de ser infetado, a ter de aceitar limitações à nossa liberdade de circulação, de reunião, convívio e lazer. A passar mais tempo com a família e em casa. Todavia, é bem possível que a pandemia possa ter provocado mudanças mais duradouras no nosso modelo de vida e até nas tendências do caminho que estávamos a trilhar, quer a nível local, quer no plano global. Já ninguém duvida que esta crise epidemiológica acelerou a nossa transição para o digital. O teletrabalho, as videoconferências, as “webinar”, o comércio eletrónico e o marketing digital ganharam de facto uma dimensão que não possuíam. Há até quem defenda que a Europa, por força desta pandemia, acabou por se aproximar da China e dos Estados Unidos, no que respeita à utilização do digital, de quem parecia estar algo atrasada... Mas mais, é bem provável que assistamos a um regresso de muita gente ao espaço rural ou a cidades mais pequenas. Na verdade, foi nas cidades, designadamente nas maiores e mais densas, onde o novo coronavírus se propagou com mais facilidade. E se podemos exercer a nossa prestação laboral em teletrabalho e temos à disposição boa internet, é natural que muitos de nós optem nos próximos tempos por viver fora dos grandes espaços urbanos. Da mesma forma que se é mais seguro viajar em transporte individual, também não será de admirar que muitos passem a privilegiar este, em detrimento dos transportes coletivos. Para não falar no destino dos lares, enquanto residências coletivas dos mais idosos, que, por terem sido locais fortemente atingidos pelas cadeias de contágio, são hoje soluções que vão merecer pelo menos uma profunda reflexão.

E sobre a globalização, estou certo que não vamos assistir a um retrocesso como alguns anunciam, a uma espécie de “desglobalização”. O que não significa que não venhamos a observar no futuro tentativas de limitar uma dita “excessiva interdependência”. Apostaria mesmo que vamos assistir a ações concretas tendentes a restringir o “perigo” de depender demasiado dos outros...

Mas há uma realidade que a Covid-19 não alterou. Num mundo desigual, em que o novo coronavírus pode infetar um qualquer de nós, em qualquer geografia, a verdade é que, como alguém dizia, “esta doença não ataca a todos por igual”. As populações mais frágeis continuam, como sempre, a ser as menos protegidas. E no final desta pandemia os pobres vão ficar ainda mais pobres. As assimetrias vão seguramente aumentar.

Nós conhecemos o número de infetados e de mortos nos países europeus e, estou convicto, com elevado grau de certeza. Mas tenho dúvida que o saibamos na maior parte dos países africanos, de alguns da Ásia e mesmo da América Central e do Sul. Como também desconhecemos o número de infetados e de vítimas mortais dos diversos campos de refugiados espalhados pelo mundo, mesmo dos instalados no continente europeu.

Para saber quem está infetado é preciso fazer testes, da mesma forma que para obrigar as pessoas a ficarem em casa, cumprindo medidas de confinamento, é necessário

garantir-lhes um mínimo de rendimento que lhes permita pelo menos escapar à fome. E os hospitais não têm todos a mesma capacidade de resposta nas diversas regiões do globo. E não estou a falar apenas na disponibilidade dos famosos “ventiladores”, como é óbvio...

Ainda recentemente a ONU solicitava à comunidade internacional uma ajuda no valor de 6,2 mil milhões de euros para acudir aos países mais vulneráveis no combate à Covid-19.

Sendo que, de acordo com o subsecretário-geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários, Mark Lowcock, “não é esperado que o pico da pandemia atinja os países mais pobres nos próximos três a seis meses, mas já se começaram a verificar descidas de rendimentos e aumento do desemprego, falta de alimentos e subida de preços, além de crianças que falharam os prazos de vacinação e que passam fome”. E a própria Amnistia Internacional, na semana passada, alertou para o facto de as medidas de resposta à pandemia do novo coronavírus adotadas à escala mundial, que incluíram bloqueios e restrições de movimento, terem agravado “as condições precárias de vida da população de refugiados e deixaram milhões de pessoas em risco de fome e de doenças”.

Esta pandemia lançou o mundo para uma crise sanitária e económica à escala global, de duração mais ou menos incerta, de tal forma que, há quem diga que apenas terminará quando for encontrada uma vacina eficaz. E que até lá, teremos de aprender a viver numa espécie de “nova normalidade”. Sempre defendi, e continuo a defender, que os grandes desafios globais não podem prescindir dos contributos locais, mesmo dos contributos de cada um de nós, enquanto simples cidadãos. Mas o combate a esta pandemia carece também, e acima de tudo, de uma resposta global, de uma resposta concertada que mobilize os principais líderes mundiais, políticos, económicos e financeiros, e, naturalmente, toda a comunidade científica.

É assim fundamental que todos sejam capazes, para além de alocarem os recursos necessários, de colocarem de lado o acessório, em detrimento do essencial. Pelo que é com preocupação que assistimos à suspensão das contribuições para a Organização Mundial de Saúde decidida recentemente pela Administração Trump, como também à rejeição das autoridades chinesas em permitir uma investigação independente às origens da pandemia do novo coronavírus...

Este é o tempo, mais que nunca, da reafirmação da vontade de não abandonar os princípios, os objetivos e as metas constantes da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que 193 países, incluindo a China e os Estados Unidos, subscreveram e aprovaram na Assembleia Geral das Nações Unidas de 25 de Setembro de 2015, e que tinha como missão principal “elevar o desenvolvimento de todo o planeta e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, num contexto de proteção do meio ambiente”. E que também tinha a ambição, recordemos, diversas vezes proclamada, de “não deixar ninguém para trás”.

Caso assim não se entenda, vamos assistir mesmo a um retrocesso. E o mundo pós-Covid 19, para além de diferente, vai ser muito mais desigual...

PAMÉSA
CONSULTORES

PROJETOS & INCENTIVOS
FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO
SISTEMAS DE GESTÃO
ESTUDOS SETORIAIS

Comércio internacional de bens da área do euro com excedente de 28,2 mil milhões

Em março, as medidas de contenção da COVID-19, tiveram um impacto significativo no comércio internacional de bens. As primeiras estimativas para as exportações de bens da área do euro para o resto do mundo são de 193,3 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 6,2 % em relação a igual mês do ano passado. As importações provenientes do resto do mundo ascenderam a 165 mil milhões de euros, uma diminuição de 10,1 %, de acordo com o Eurostat.



ANA PINTO BORGES

Coordenadora do Mestrado em Gestão de Empresas, do MBA Executivo e do Núcleo de Investigação do ISAG (NIDISAG)

A retração económica e as oportunidades no mercado de trabalho

Os números não são animadores para a União Europeia (UE) e quem o refere é a Comissão Europeia nas recentes previsões económicas. A situação inusitada provocada pela pandemia do coronavírus apresenta, como consequências, uma elevada retração da atividade económica, o aumento do desemprego, a diminuição da produção e dos investimentos e, inevitavelmente, uma rápida deterioração da componente social.

Mais uma vez, vamos ter neste grupo europeu uma recessão e uma recuperação a vários tempos e longe de uma coesão económica. Nas previsões da primavera de 2020, da Comissão Europeia, destaca-se uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da UE de 7.4%, em 2020, seguida de um crescimento de 6.1%, em 2021. No desemprego, a taxa prevista, para este ano, é de 9.0%, sendo certo que para 2021 espera-se uma diminuição de 1.1 pontos percentuais (p.p.) face a essa taxa. Para Portugal, as previsões para o presente ano não são tão desanimadoras, com um decréscimo do PIB de 6.8%, seguido de um crescimento de 5.8% no próximo ano. Por outro lado, a taxa de desemprego estimada para 2020 é de 9.7%, mas logo em 2021 é expectável uma diminuição de 2.3 p.p. em relação a essa taxa, ou seja, superior à recuperação média da UE. De todo o modo, comparando com a realidade de outros países, verificam-se quebras no PIB, para este ano, superiores a 9%, na Grécia, Itália, Espanha e Croácia. De igual forma, nesse período, esperam-se taxas de desemprego acima dos 18%, como é o caso da Grécia e Espanha, e superiores a 10%, em Itália, Croácia e França. A recuperação destes dois indicadores é assimétrica, sem qualquer padrão, e sempre com a hipótese de se evitar o estado do agravamento da recessão. No consumo privado, o das

famílias, está prevista uma diminuição de 5,8% durante este ano, seguido de um aumento de 5,3% no próximo ano. O consumo depende do nível de rendimento e, consequentemente, da dinâmica do mercado de trabalho. Nesse sentido, é preciso ter consciência das atuais tendências, e será necessário agarrar as oportunidades no mercado de trabalho para não se ficar incluído nas taxas de desemprego anteriormente referidas.

Sendo um processo de longo prazo, para se melhorar as condições ou ingressar numa carreira profissional, deve-se deixar de somar os dias e aproveitá-los. Assim, este é o momento de investir na atualização e aquisição de competências, usufruindo das diversas ofertas formativas, como os mestrados, MBA, mini-MBA, pós-graduações, cursos de curta duração, entre outras opções. As adversidades, podem ser transformadas em proveitos e, neste tempo de confinamento, seguido, agora, das próximas etapas de desconfinamento, pode sair beneficiado quem procurar reforçar a networking, nas diversas redes sociais, e aqueles que procedam à atualização do seu percurso profissional e académico. Os mais atentos e proativos podem promover-se de uma forma profissional e criativa, neste mundo digital repleto de oportunidades. É imprescindível para os trabalhadores à procura de emprego ou progressão de carreira terem as competências adequadas e seguir as tendências do digital. Atualmente, qualquer negócio exclusivamente físico deverá se reconsiderado, na medida que terá mais oportunidades de sobreviver um negócio que combine a presença física e a digital, com preponderância para esta última componente. O mercado de trabalho tem de acompanhar estas necessidades e transformar as adversidades em oportunidades!

Portugal impede importação de resíduos até dezembro

Foi aprovada em Conselho de Ministros a suspensão das autorizações de importação de resíduos, destinados a eliminação em aterro, até 31 de dezembro de 2020. Esta decisão pretende salvaguardar a suficiência nacional em matéria de instalações de eliminação de resíduos, não se aplicando aos que tenham já dado entrada no território nacional, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis. Foi já recusada a entrada em Portugal, este ano, de 246 mil toneladas de resíduos provenientes de outros países.

NOVOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE VIDA ECONÓMICA

www.vidaeconomica.pt



MIGUEL MATOS

Economista
AUTO DO LIVRO: "SEJA LIVRE"

A rentabilidade de um negócio pós-Covid-19

Todos compreendemos que a sustentabilidade de um negócio implica a sua rentabilidade. Mesmo nós, enquanto clientes que pagam o preço de um produto ou serviço e procuram naturalmente minimizar as despesas, aceitamos a necessidade que os donos ou gestores de negócios têm de

obter lucro com o que nos vendem. E aceitamos porque, em última análise, desejamos que o negócio se mantenha aberto para que continuemos a usufruir dos seus produtos e serviços. Em tempos de confinamento e de pandemia, em que nos foi vedado o prazer de um jantar com os amigos à mesa de um

restaurante ou da frescura de uma água ou do sabor aveludado de um café tomado ao sol num início de tarde de primavera, sentimos como é importante que os negócios sejam estáveis, que estejam lá, para contarmos com eles sempre que desejarmos e com eles partilharmos um pouco mais de felicidade.

JACK SOIFER
jack.soifer@vidaeconomica.pt



Pos-vírus: mudar impostos!

O caos traz mudanças. Finanças dão lugar à economia sustentável, bom para o cidadão e a empresa local. Vinte cientistas cooperam com sugestões. Ministros de alguns países os ouvem. Antes o foco era vencer o CV-19. Agora é como inovar e melhorar. Nesta nova série faremos resumo do que fazemos lá fora.

O imposto social é sobre o custo da mão-de-obra, não importa quanto ela pesa no total da venda. Na indústria com baixa tecnologia ela pesa uns 30-35%, na hightech 10-20%. Nos supermercados uns 2-4%. Nalguns países o diretor de 100 empregados ganha líquido o dobro de quem menos ganha,

noutros cinco vezes mais. Para empresas hightech um aumento no salário mínimo(SM) pouco influencia o custo final, menos ainda onde o chefe ganha o dobro. Onde ganha muito, ele tende a consumir produtos importados e voar de férias para longe. O ganho vai para o estrangeiro.



TOMÁS EISELE MENESES E ANTÓNIO MANUEL CUNHA

Guia-intérprete Nacional Presidente da Delegação Regional Norte da Ordem dos Economistas

Pela reabertura imediata do país ao turismo externo

Portugal precisa do turismo como do pão para a boca. O setor do turismo é a maior atividade económica exportadora do país, sendo responsável, em 2019, por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o turismo em Portugal representa 16,5% do Produto

Interno Bruto (PIB). Em termos de emprego, os números são avassaladores. Dependem do turismo quase 337.000 postos de trabalho diretos, tendo o turismo desempenhado um papel crucial na recuperação do país após a última crise financeira, nomeadamente na diminuição do desemprego. Existem no ativo

cerca de 700 guias-intérpretes nacionais (AGIC e SNATTI). Cada guia acompanha anualmente 1200 turistas, maioritariamente estrangeiros. São cerca de 840.000 visitantes do nosso país a quem estes profissionais não só dão a conhecer o nosso país mas, mais importante, dão a conhecer uma imagem positiva de Portugal.

MIGUEL MARQUES OLIVEIRA
advogado associado da Cerejeira Namora, Marinho Falcão



"Recordações" da "gripe espanhola" A intemporal necessidade de equilíbrio

No ano 1918, estava a Primeira Guerra Mundial no seu ponto mais intenso de conflitos, o mundo foi fustigado por uma pandemia intensa e mortal – a pandemia do

vírus "Influenza", que infectou 500 milhões de pessoas, ou seja, cerca de um quarto da população mundial à época, e culminou num número de vítimas que se estima entre 17

e 50 milhões. Há mesmo quem defenda que as mortes alcançaram os 100 milhões de pessoas, tornando-a uma das epidemias mais mortais da história da humanidade.



FERNANDO MANUEL P. J. SILVA (PHD)

Director-Executivo / CEO da ADIRBA
Presidente da FLG-Fundação Luso Galaica (P/Portugal)

Sustentabilidade, tecnologia e inovação: um desígnio civilizacional... na formatação de um novo modelo económico – "circular economy".

O mundo vive uma transição para um modelo de produção com melhor eficiência e maior eficácia, em que a tendência é a inclusão da redução das desigualdades nas atividades ditas produtivas e uma preocupação acrescida de como

a humanidade vai enfrentando a diversidade dos problemas ambientais que se nos colocam. Na área da sustentabilidade, Portugal deve tirar partido da economia verde, conservando e valorizando os recursos naturais, e estabelecer uma mobilidade

verde e inteligente, assente num modelo empresarial eficiente. Sugere-se, entre outras medidas, a emergência da mobilidade verde assente na racionalidade das escolhas individuais e em tecnologia de baixo impacto ecológico.



Ver versão integral:
www.vidaeconomica.pt

NEGÓCIOS E EMPRESAS

ESTUDO DA JLL REVELA

Maioria dos portugueses quer continuar a trabalhar a partir de casa

Apesar de até aqui o teletrabalho não ser habitual na vida da maioria dos profissionais (66% não trabalhava remotamente), e, não obstante a sua repentina implementação devido à Covid-19, este regime está a ser muito bem aceite pelos portugueses e há uma clara vontade de o manter no futuro, revela um estudo realizado pela JLL nas últimas semanas junto dos profissionais portugueses. De acordo com este inquérito, 95% dos profissionais consideram que, após o desconfinamento, o melhor é passar a trabalhar a partir de casa pelo menos um dia por semana. Dois a três dias é considerada a dose ideal, sendo

uma opção indicada por 57% dos inquiridos.

Denominado «Remote Work em Portugal», este inquérito reuniu contributos de cerca de 1100 profissionais acerca da sua experiência e desafios relativamente ao teletrabalho. A iniciativa teve como objetivo medir a perceção, adaptação e aceitação desta forma de trabalho, identificando paralelamente as suas vantagens e dificuldades.

“O facto de uma realidade imposta de forma disruptiva e abrupta ter sido facilmente integrada e aceite por empresas e colaboradores em poucos dias prova que o teletrabalho já estava em

marcha, que as empresas estavam preparadas tecnologicamente e que o recurso generalizado a este tipo de trabalho não aconteceu antes por questões sobretudo culturais”, comenta Maria Empis, Head of Strategic Solutions da JLL Portugal.

Entre as principais vantagens do teletrabalho apontadas pelos profissionais estão não ter que perder tempo nas deslocações (32%), não ter as interrupções constantes do escritório (27%) e ter uma agenda flexível (25%), além de ter mais tempo para a família (13%). Estas vantagens traduzem não só ganhos de produtividade como também redução da

Comissão lança consulta pública sobre infraestruturas energéticas

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre a revisão das regras da UE em matéria de infraestruturas energéticas transeuropeias. A consulta estará aberta até 13 de julho de 2020 e todas as respostas recolhidas serão tidas em conta para a revisão do atual regulamento relativo às infraestruturas energéticas transeuropeias, que dará um contributo fundamental para o Pacto Ecológico Europeu.



“A pandemia veio acabar com alguns estigmas que existiam e acelerar a massificação do teletrabalho, uma realidade que, mais cedo ou mais tarde, acabaria por acontecer” – considera Maria Empis.

pegada ambiental, melhor gestão do tempo e uma vida mais sustentável, valores alinhados com as novas gerações.

Legal
Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADOS



MARIA DOS ANJOS GUERRA

ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.oa.pt

ARRRENDAMENTO URBANO

Programa Renda Segura da Câmara Municipal de Lisboa

Sou proprietário de um apartamento no centro de Lisboa que, há algum tempo, destinei a alojamento local.

Tudo correu bem até que começou a atual situação “Covid-19”, mas, agora, há já mais de dois meses que o apartamento deixou de ter procura.

Constou-me que a Câmara de Lisboa poderia vir a arrendar alojamentos locais. Será verdade? E o arrendamento poderá incluir as mobílias?

Provavelmente, o Leitor refere-se ao Programa Renda Segura (PRS) criado pela Câmara Municipal de Lisboa com o duplo objetivo de incentivar a retoma da economia e de responder à procura de habitação em Lisboa.

Ao criar o PRS, a edilidade da capital, efetivamente, pretende tomar de arrendamento, a privados, pelo prazo de cinco ou seis anos, imóveis devolutos, desde que disponham de condições de habitabilidade, designadamente, entre outros, de unidades que, até aqui, estavam em regime de Alojamento Local, como é o caso do imóvel do Leitor, para os subarrendar a jovens e famílias da classe média em regime de renda acessível.

Como incentivo, os candidatos a este programa, para além de disporem de uma renda mensal assegurada pela autarquia, podendo o pagamento dos primeiros três anos ser antecipado, beneficiarão de isenções fiscais, designadamente de isenção de pagamento de IRS ou IRC e IMI.

Para todos os efeitos, a CML, como

arrendatária, gerirá os subarrendamentos que celebrará com terceiros e assumirá os inerentes riscos de incumprimento destes. A Câmara Municipal de Lisboa compromete-se a devolver o imóvel no fim do contrato, em condições semelhantes àquelas que se verificavam aquando da celebração do contrato.

Embora até ao fim do ano a CML preveja celebrar 600 contratos de arrendamento, a primeira fase do programa que agora arrancou tem como objetivo imediato a disponibilização de 300 habitações e terminará a 30 de Junho. A segunda fase deverá decorrer entre 15 de Setembro e 30 de Outubro

Se o Leitor pretender, poderá, até à referida data, apresentar a candidatura do seu imóvel na plataforma “Habitar Lisboa – Renda Segura”, onde, independentemente de posterior avaliação pelos técnicos municipais, deverá, desde logo, indicar o valor que pretende obter.

O preço pedido pelo proprietário poderá ser determinante para que o seu imóvel seja selecionado, tendo sido fixados, para o efeito, tetos de referência que, embora possam variar em função das zonas da cidade e das características do imóvel, preveem o valor de 450€ mensais para um T0, de 600€ para um T1, de 800€ para um T2, de 900€ para um T3 e de 1000€ para um T4 ou superior.

Os imóveis mobilados, como é o caso do alojamento local do Leitor, também são admitidos a concurso, o que poderá implicar até um máximo de 10% para efeitos de majoração da renda.

PUB

Soluções que cuidam
do nosso planeta



fonte viva

Em todos os momentos



água



bebidas quentes



fruta

NEGÓCIOS E EMPRESAS**Portos de Leixões e Aveiro com trimestre de excelência**

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) destacou os excelentes desempenhos dos portos de Leixões e de Aveiro, no primeiro trimestre, apesar da Covid-19. Os dois portos atingiram as marcas de quase 5,28 e 1,38 milhões de toneladas, “as melhores de sempre nos primeiros trimestres”. Há ainda a realçar os portos da Figueira da Foz e de Faro, que observaram acréscimos respetivos de 21,9% (+90,5 mil toneladas) e de 91,8% (+14,8 mil toneladas), adianta a AMT.

Preços na produção industrial com quebra acentuada

Os preços da produção industrial registaram uma quebra de 5,5%, em abril, face a igual mês do ano passado. Em março, a descida homóloga tinha sido de 2,1%, de acordo com dados do INE. A quebra acentuada ficou a dever-se sobretudo à redução nos preços da eletricidade e do gás. Por outro lado, foram as indústrias transformadoras as que mais contribuíram para a descida nos preços industriais, tendência que se deverá manter nos próximos tempos.

Casos da Vida Judiciária

SARA MINHALMA
Advogada



O agravamento do Regime dos Residentes Não Habituais (RRNH)

No enquadramento do regime fiscal dos residentes não habituais, os rendimentos de trabalho (dependente ou independente) obtidos em Portugal pelos seus titulares estão sujeitos a uma taxa especial de 20%, desde que sejam provenientes de atividades de elevado valor acrescentado.

Em 1 de janeiro de 2020 entraram em vigor alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado, no âmbito deste regime em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS).

A Portaria n.º 230/2019, de 23 de julho, veio alterar a Portaria n.º 12/2010, de 7 de janeiro, tendo substituído o modelo subjacente à anterior tabela de atividades de elevado valor acrescentado alicerçada nos códigos de atividades económicas (CAE), passando a adotar um modelo com base em códigos da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP).

guns países europeus ao Governo português, dado o seu descontentamento com a criação deste regime fiscal mais benéfico aos cidadãos estrangeiros que pretendam residir em Portugal, sobretudo ao nível dos beneficiários de pensões obtidas no estrangeiro.

Esta insatisfação foi manifestada junto de Bruxelas por países como a Suécia e a Finlândia, pouco tempo depois de o regime da isenção de tributação sobre estes rendimentos ter sido implementado em Portugal.

Os argumentos invocados por estes Estados centram-se na perda de milhões de euros na sua receita fiscal ao longo do período de 10 anos da existência desse regime.

A principal alteração consiste na eliminação da isenção total da tributação dos rendimentos de pensões obtidos no estrangeiro pelos residentes não habituais em território português, passando a exigir-se a sua tributação à taxa

por dupla tributação jurídica internacional, dedutível até ao limite das taxas especiais aplicáveis e, nos casos de englobamento, até à concorrência da parte da colecta proporcional a esses rendimentos líquidos.

Importa reter que as alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado introduzidas pela Portaria n.º 230/2019, de 23 de julho, bem como as impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020, não se aplicam, exceção feita, aos sujeitos passivos que a 1 de janeiro de 2020 já se encontrem inscritos como residentes não habituais ou aos sujeitos passivos cujos pedidos de inscrição se encontrem pendentes a 1 de janeiro de 2020 ou que solicitem essa inscrição até 31 de março de 2020, com efeitos ao ano de 2019.

Ainda com relação às alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020, estas também não se aplicarão aos sujeitos passivos que sejam considerados residentes em Portugal para efeitos fiscais e que solicitem a respetiva inscrição como residente não habitual até 31 de março de 2021, por reunirem as respetivas condições em 2020.

Ou seja, estas alterações aplicar-se-ão somente aos cidadãos estrangeiros que requeram a inscrição como residentes não habituais após a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2020.

Podem, no entanto, os cidadãos estrangeiros já inscritos como residentes não habituais ou com o pedido de inscrição pendente para análise, ou ainda aqueles que se encontrem dentro do prazo legal para o fazer, optar pelo novo regime resultante das alterações legislativas ao Código de IRS introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020, devendo fazê-lo na declaração de rendimentos respeitante ao ano de 2020. Entendemos, mesmo assim, que continuará a ser um regime muito “apetecível”, mas estas modificações impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020 poderão, de facto, ter como consequência uma redução na entrada de novos estrangeiros residentes em Portugal que pretendam beneficiar deste regime fiscal.

Finalmente, é de acentuar que a suspensão de prazos de algumas obrigações fiscais decidida na sequência do surto de Covid-19 não se aplicou aos prazos que têm de ser observados por quem pretende aderir ao regime do

“As alterações ao regime fiscal dos residentes não habituais impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2020 poderão constituir um entrave à entrada de novos estrangeiros residentes em Portugal, no entanto, no geral, continua a ser um regime muito “apetecível” face ao regime tributário praticado nos países de origem.”

Para além da alteração da tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do disposto no n.º 10 do artigo 72.º e no n.º 5 do artigo 81.º do Código do IRS, foi introduzida a exigência de os trabalhadores enquadrados nessas actividades profissionais serem detentores, no mínimo, do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações ou do nível 35 da Classificação Internacional Tipo da Educação ou serem detentores de cinco anos de experiência profissional devidamente comprovada.

Por outro lado, a Lei do Orçamento de Estado para 2020, aprovada pelo Parlamento no passado dia 06 de Fevereiro de 2020, veio introduzir alterações relevantes ao Código do IRS, no âmbito do regime fiscal dos residentes não habituais.

Estas alterações visam, fundamentalmente, atenuar a pressão feita por al-

de 10%, podendo, no entanto, os seus titulares optar pelo englobamento.

Neste sentido, e transcrevendo o disposto no número 12 do artigo 72.º do Código do IRS, com a redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2020: “Os residentes não habituais em território português são ainda tributados à taxa de 10 % relativamente aos rendimentos líquidos de pensões, incluindo os da categoria H e os previstos na alínea d) do n.º 1 e subalíneas 3) e 11) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º, quando, pelos critérios previstos no n.º 1 do artigo 18.º, não sejam de considerar obtidos em território português, na parte em que os mesmos, quando tenham origem em contribuições, não tenham gerado uma dedução para efeitos do n.º 2 do artigo 25.º”.

Os residentes não habituais terão, ainda, direito a um crédito de imposto



JOSÉ MARTINO
Blogger e Consultor
em Territórios de Baixa
Densidade

Mil Alquevas floresçam

Na semana passada, num das conferências online que a consultora agrícola Espaço Visual tem vindo a organizar, inseridas nos Agrometings, tive a oportunidade de debater o sucesso na produção agrícola com o administrador da Valinvest e da Agroglobal, Joaquim Pedro Torres.

Durante a nossa conversa, de cerca de duas horas, Joaquim Pedro Torres defendeu um maior investimento no regadio, nestes tempos difíceis e incertos.

Lembrei-me, então, de um artigo que escrevi no início deste ano, onde defendi que “os regadios devem ter um sistema de gestão de custos de utilização, regeneração e manutenção coerente e homogéneo em todo o território nacional”.

Nesse mesmo artigo, liguei a questão dos regadios ao nosso défice da balança comercial alimentar, de quase 4 mil milhões de euros, e escrevi que “sendo a água um fator multiplicativo do rendimento económico por unidade de superfície, é fundamental que se tire o máximo partido da área irrigável e do regadio”.

Por isso, quando o administrador da Valinvest e da Agroglobal, Joaquim Pedro Torres, afirma que “temos de multiplicar o exemplo do Alqueva” e defende que «é preciso construir mais barragens», estou completamente de acordo.

E recordo que nesse mesmo artigo, em janeiro de 2020, escrevi que “o regadio eficiente com aproveitamento integral da superfície regada é uma das poucas formas para subir a dois dígitos a taxa de crescimento do PIB agrícola, com produções de maior qualidade e valor acrescentado”.

Foi, por isso, com particular satisfação que ouvi o responsável da Valinvest e da Agroglobal a juntar a sua voz à minha voz.

É com mais este reforço de peso, como o é Joaquim Pedro Torres, que é preciso reclamar do Governo e da ministra da Agricultura ações políticas urgentes “para promover um modelo económico equilibrado do regadio ao longo de todo o território continental”.

eBody recebe prémio

A eBody foi distinguida com o Prémio 5 Estrelas Reações. Um prémio que avalia o grau de satisfação do cliente com o objetivo de dar a conhecer “o que de melhor existe em Portugal”.

“É recompensador e um orgulho ver o nosso trabalho reconhecido”, foram as palavras de Gisela Lima, cofundadora da cadeia de treinos de eletroestimulação, para agradecer a distinção recebida durante esta fase de pandemia em que os estúdios ainda se encontram fechados. A eBody foi a preferida dos seus consumidores, quer em Lisboa, quer no Porto.

O conceito inovador e exclusivo da marca foi um dos pontos mais valorizados. Segundo João Ferreirinha, cofundador da eBody, o facto de a marca conciliar os aspetos chave “tempo e saúde” é o que leva os portugueses a confiar na eBody.

Os 20 minutos de treino por semana, possíveis com recurso à inovadora tecnologia de eletroestimulação muscular integral (EMS), conciliados com o acompanhamento especializado e personalizado de um Personal Trainer (PT) são alguns dos aspetos mais diferenciadores da marca. A qualidade do serviço é em grande parte valorizada por ser um treino “livre de preocupações”.

A marca espera reabrir os estúdios já no próximo mês, de acordo com as expectativas da Direção-Geral de Saúde.

tenham sido impossibilitados de realizar esses atos por causa da pandemia de Covid-19.

Beneficiários descendentes da ADSE mantêm a cobertura

Os cartões dos beneficiários descendentes da ADSE, cuja validade tenha expirado a partir de 2 de maio, continuam a ser aceites como válidos até 30 de outubro, incluindo para os beneficiários descendentes que ultrapassem as idades limite de 18 ou de 26 anos. Com o diploma agora aprovado, permite-se que estes beneficiários possam realizar atos médicos comparticipados pela ADSE, mesmo que ultrapasados os limites de idade (18 ou os 26 anos), sempre que

AHRESP propõe ao Governo programa de capitalização

A AHRESP considera que são necessárias medidas rápidas e eficazes, com o objetivo de permitir liquidez nas tesourarias das empresas do canal horeca. De forma a permitir a recuperação neste importante setor da economia nacional, que garante mais de 320 mil postos de trabalho. A associação propõe um programa de capitalização composto por 11 medidas, procura garantir a sobrevivência das empresas e a manutenção dos postos de trabalho.



FRANCISCO JAIME QUESADO

Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Economia mais, economia menos

Charles Leadbeater, um dos mais interessantes pensadores na área da inovação, ficou célebre pela frase – “We are what we share”. Esta frase é muito clara – nós somos muito aquilo que somos capazes de partilhar e ao fazê-lo estamos claramente a dar um sinal muito positivo em relação à nossa inte-

gração numa sociedade que se quer aberta e focada no futuro. A sociedade de que nos fala Karl Popper e em que muito acreditava Diogo Vasconcelos, um empreendedor e campeão da inovação que muito marcou uma geração portuguesa e era também amigo de Charles Leadbeater.



ECONOMIA MAIS

A INTELIGÊNCIA COLECTIVA - A Inteligência Colectiva, graças aos contributos centrais de Thomas Malone, do MIT, e de Geoff Mulgan, da UCL, é hoje um instrumento importante para a avaliação da base competitiva das empresas e outras organizações no seio dos seus ecossistemas. Esta será sem dúvida uma das áreas a ter mais em atenção no período pós-pandemia, em que os cidadãos e as organizações terão que saber responder de forma colaborativa a esta crise;

ARTE AO SERVIÇO DA ECONOMIA - Neste período de crise muitos sectores têm tido a capacidade de se reinventarem em termos da oferta de produtos e serviços, o papel da inovação e da criatividade tem sido central. E entre os muitos projectos em curso, o destaque para o Projecto CAPAZ, em que artistas são convidados a dar o seu contributo em termos de design das máscaras que várias empresas têxteis estão a produzir para os mercados externos;

CUSTOMER EXPERIENCE - Como sempre referiu o grande Especialista de Gestão Peter Drucker, “a base da existência das empresas são os seus clientes e são estes que garantem a viabilidade das empresas”. Num tempo em que o Customer Experience dita as regras do jogo nas abordagens de comunicação com o mercado, são muitas e inovadoras as soluções que as empresas terão que pôr em acção para conseguir abordar de forma inteligente os desafios do mercado.



ECONOMIA MENOS

O PAPEL DAS REGIÕES - Apesar de Portugal não ter formalmente regiões com autonomia administrativa, o certo é que no contexto das políticas de coesão associadas a cerca de 35 anos de fundos comunitários consolidou o papel das 5 Regiões Plano em termos de desenvolvimento de estratégias de políticas públicas na área da Inovação e Competitividade. Será fulcral que essa importância – nem sempre reconhecida – seja devidamente considerada neste novo período da resposta à crise;

A APOSTA DA LUSOFONIA - É nos momentos de crise que devemos ser capazes de ganhar as novas agendas de futuro. E neste tempo de pandemia o reganhar a aposta na lusofonia poderá ser uma via inteligente para a economia portuguesa. A situação complexa que o Brasil atravessa e as dificuldades que os países africanos ainda mantêm devem servir de base a uma nova estratégia de cooperação económica e social, focada numa nova agenda de criação de valor global.

A QUESTÃO FINANCEIRA - As empresas não podem ter expectativas de resposta a esta crise se não tiverem por parte do Estado e da banca um compromisso de apoio estratégico para o futuro. A complexidade administrativa associada aos processos de apoio financeiro têm provocado um capital de desconfiança junto das empresas e isso poderá ter efeitos muito negativos ao nível das expectativas de evolução da pretendida retoma no futuro.

CVRV PREPARA REGRESSO “COR DE ESPERANÇA”

Região dos vinhos verdes lança nova campanha de divulgação

A Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV) acaba de lançar a nova campanha de comunicação direcionada para o mercado nacional. Com um investimento de 300 mil euros, “O que combina com Verde?” dá o mote para uma mensagem alicerçada na Liberdade, Felicidade, Reencontro e Família como valores fundamentais para um desconfinamento que dá maior expressão aos produtos nacionais.

Esta nova fase de comunicação relembra que “Há um Verde para cada momento”, pelo que o Vinho Verde assinala o “recomeço”, criando um vínculo emocional positivo com os consumidores que chega através das redes sociais, em meios exteriores como mupis e outdoors em toda a Região e na imprensa, como sinal de reforço de uma comunicação plural:

A reforçar a campanha, os Vinhos Verdes estarão brevemente com ações promocionais na grande distribuição, com iniciativas para potenciar as vendas. Adicionalmente, será lançado um programa de incentivo a visitas

à Rota dos Vinhos Verdes, durante o período de férias em território nacional, que permite descobrir toda a beleza natural e patrimonial da Região.

Num momento em que se prepara o regresso aos contactos personalizados junto de profissionais e consumidores, a CVRVV readaptou o Plano de Promoção dos Vinhos Verdes para 2020 e reforça a comunicação de diversidade de estilos dos Vinhos Verdes, distinguindo os vinhos Verdes jovens, leves e frescos, dos Vinhos Verdes mais intensos, complexos e estruturados, que tendo estilos diferentes combinam com momentos do dia e de consumo diversos, assim como harmonizam com gastronomias igualmente distintos.

“Neste longo confinamento, estivemos a trabalhar no sentido de ajustar a marca à nova realidade, tanto a nível nacional como internacional, cumprindo com as regras de contenção e distanciamento social que estes tempos nos impõem. Eventos como festivais de Vinho Verde agendados para Berlim ou Nova Iorque,

ou ações para promoção de negócios entre produtores e compradores internacionais ficaram suspensos até que se reúnam as condições de segurança necessárias à sua execução. Mas outras ações personalizadas, junto de profissionais e consumidores, estão a ser trabalhadas. Por isso, é tempo de fazer chegar a mensagem de liberdade e esperança que o Vinho Verde pode transmitir”, refere Carla Cunha, Diretora de Marketing da CVRVV.

Para Manuel Pinheiro, Presidente da CVRVV, “é preciso continuar também a comunicar a diversidade de vinhos que a Região dos Vinhos Verdes produz e a levá-los à mesa das famílias em Portugal e no mundo. Todos ambicionamos mais liberdade, todos desejamos conviver mais, e estes são os valores que os Vinhos Verdes representam. Portugal e os Portugueses mostraram o seu melhor durante a fase mais crítica destes tempos extraordinários. É chegado o momento de brindar com um Verde a um regresso cor de esperança”, destaca.

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

PROGRAMA ADAPTAR

Sou dono de uma loja de roupa infantil, que emprega 2 funcionárias, e já realizei uma série de investimentos para cumprir as regras que me permitem reabrir o estabelecimento ao público. Vi na televisão que foram criados apoios para as empresas que tiveram de se adaptar a estas novas regras. Será que posso candidatar-me? Que tipo de investimentos são apoiados? Quanto posso receber de apoio?

No passado dia 15/05 foi criado o Programa Adaptar, que se divide em 2 medidas: Adaptar Microempresas e Adaptar PME.

A Adaptar Microempresa visa a adaptação da atividade da empresa ao contexto da doença COVID-19, enquanto a Adaptar PME visa a adaptação dos seus estabelecimentos, métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores às novas condições do contexto da doença COVID-19, em ambos os casos, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas.

Dado que a sua empresa emprega menos de 10 pessoas, poderá enquadrar-se no conceito de microempresa se tiver apresentado, em 2019, um volume de negócios anual ou balanço total anual até 2 milhões de euros.

Quer a Adaptar Microempresas, quer a Adaptar PME apoiam as microempresas e exigem as seguintes condições de acesso:

1. Estar legalmente constituído a 1 de março de 2020;
2. Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;

3. Ter ou poder assegurar até à assinatura do termo de aceitação, a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.

No entanto, a Adaptar PME exige que a microempresa detenha Certificado PME emitido pelo IAPMEI (a Adaptar Microempresas apenas exige uma declaração de compromisso), bem como as condições de acesso adicionais:

1. Ter a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
2. Não ser uma empresa em dificuldade;
3. Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno.

Outra diferença entre a Adaptar Microempresas e a Adaptar PME encontra-se nos limites ao investimento: os investimentos elegíveis entre 500€ e 5000€ são apoiados pela Adaptar

Microempresas, enquanto os investimentos entre os 5000€ e os 40.000€ são apoiados pela Adaptar PME.

Ambas as medidas impõem uma duração máxima de execução de seis meses a contar da data da decisão favorável, tendo como data limite 31 de dezembro de 2020, no entanto, a Adaptar Microempresas apoia as despesas realizadas desde 18/03/20, enquanto a Adaptar PME não apoia as despesas realizadas antes da candidatura.

Ambas as medidas fornecem um apoio a fundo perdido, mas com condições diferentes: o apoio da Adaptar Microempresas corresponde a 80% das despesas elegíveis e está sujeito aos limites dos auxílios de minimis; o apoio da Adaptar PME corresponde a 50% das despesas elegíveis.

As candidaturas à Adaptar Microempresas encontram-se abertas até ao esgotamento da dotação orçamental de 50 milhões de euros. As candidaturas à Adaptar PME encontram-se abertas até 30/06/20.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



NEGÓCIOS E EMPRESAS**Crioestaminal desenvolve medicamento para doentes graves com Covid-19**

A Crioestaminal, laboratório de criopreservação, está a desenvolver um medicamento experimental constituído à base de células estaminais para o tratamento de doentes graves com Covid-19. Com a conclusão deste projeto, nas próximas semanas, o laboratório estará em condições de disponibilizar as primeiras doses de MSC para o tratamento de doentes com Covid-19 em condições mais graves.

IMT atualiza lista de empresas de trabalho portuário

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) atualizou a lista das empresas de trabalho portuário. Atualmente, existem duas empresas de cedência temporária de trabalhadores portuários por porto comercial, com exceção do Porto de Viana do Castelo e do Porto de Leixões, em que existe uma empresa por porto. No total encontram-se licenciadas 12 empresas de trabalho portuário, adianta o instituto.

Portugal volta a emitir dívida com juros menores

AQUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt

Portugal voltou, na quarta-feira (dia 20), a emitir dívida a juros menores. Depois de, na semana passada, ter emitido dívida a cinco e a 10 anos, esta semana o país emitiu dívida de curto prazo, a seis e 12 meses.

O IGCP emitiu um total de 1750 milhões de euros em bi-

lhetes de tesouro (BT). No BT a seis meses (data de vencimento em novembro 2020), foram emitidos 750 milhões com um juro de -0,411%. No último leilão comparável, tinha sido conseguida uma taxa menos negativa de -0,089%. A procura foi 2,69 vezes a oferta.

Já nos BT a 12 meses (data de vencimento em maio 2021), foi colocado um total de mil milhões

de euros com uma taxa de juro de -0,351%. Esta fica abaixo da yield de -0,101% que Portugal conseguiu no último leilão de títulos com esta maturidade (realizado a 18 de março). A procura por este títulos superou em 3,02 vezes a oferta.

Portugal bemvisto

“Os países da periferia e em

particular Portugal têm vindo a beneficiar dos planos de compra de ativos, bem como do alívio das condições dos mesmos por parte do BCE. Prevê-se ainda que, esta semana [declarações prestadas na quarta-feira], haja uma versão final do acordo proposto entre a França e Alemanha, de um pacote de 500 mil milhões de euros para ajudar os países mais afetados a recuperar da pandemia causada

pela Covid-19. Além das ajudas financeiras, Portugal tem sido bem visto internacionalmente pela forma como tem lidado com o vírus, e são estes fatores combinados que têm permitido dar mais confiança aos investidores e como consequência uma redução do prémio de risco de Portugal”, indica Filipe Silva, diretor de Investimentos do Banco Carregosa, sobre as emissões de BT.

PUB

VidaEconómica
Business School

Recuperação preventiva de empresas em dificuldades (uma análise financeira e jurídica)

26 e 27 maio

15h00/18h00

COORDENAÇÃO: Equipa de Recuperação de empresas da RSA-LP

PÚBLICO: Administradores e dirigentes de empresas, Quadros técnicos de empresas, Responsáveis financeiros, Técnicos oficiais de contas, Auditores, Consultores e quaisquer interessados no tema com ou sem formação jurídica.

FORMADORES: Cristina Bogado Menezes; Sandra Alves Amorim; João Luz Soares; Manuel Camarate Campos; António Raposo Subtil

PREÇOS

Público em Geral: €145
Assinantes VE: €120

(IVA incluído)

PROGRAMA**Dia 1**

- Medidas de Exceção no período do Estado de Emergência com impacto nas empresas;
- Directiva da UE de 2019 visando a redução de Insolvências e a recuperação preventiva de empresas;
- Os instrumentos e procedimentos para efeitos de viabilização de empresas;
- As modalidades de Reestruturação de Créditos;

Dia 2

- O regime extrajudicial da recuperação de empresas (RERE);
- O processo de revitalização de empresas e as suas vantagens (PER);
- O âmbito da Responsabilidade dos Dirigentes das empresas em recuperação (Qualificação da Insolvência).

METODOLOGIA: Apresentação dos temas (cerca 30 minutos) seguida de pedidos de esclarecimentos (cerca de 10 minutos) e na última sessão resposta a questões colocadas (debate durante 30 minutos).

MEIOS: Apresentação de casos práticos e respectivas minutas, assim com fornecimento de diapositivos referentes aos temas expostos.

FORMAÇÃO
ONLINE

Berlim acolhe IFA 2020 em condições especiais

Berlim acolhe a IFA 2020 num contexto muito especial. A feira liga e celebra a inovação da eletrónica de consumo e das aplicações domésticas. O evento decorre entre os dias 3 e 5 de setembro, sob o conceito da saúde e da segurança. As novas tecnologias permitirão acompanhar o acontecimento, tendo em conta a limitação de visitantes imposta pela Covid-19.

Depois de toda uma série de cancelamentos durante os últimos meses, a nossa indústria necessita urgentemente de uma plataforma para revelar as mais recentes inovações, de modo a poder recuperar. A recuperação desta indústria começa em Berlim com a IFA 2020. As novas tecnologias têm sido úteis, mas falta o imediato e as relações humanas, a par da experiência prática, revelou Jens Heithecker, diretor executivo da IFA Berlim. O evento é desenvolvido em colaboração com as autoridades de saúde públicas alemãs, de modo a assegurar a segurança sanitária de todos os participantes. Como tal, não será aberto ao público, mas decorrerá através de convites. Por dia, não haverá mais de mil participantes. As empresas terão a possibilidade de revelar os seus produtos mais recentes e serão dadas indicações sobre as tendências de mercado.

Para o responsável da feira, trata-se de um evento que surge num momento crucial, tendo em conta que é a primeira oportunidade para as empresas apresentarem diretamente os seus produtos e serviços à comunicação social e - por extensão - aos consumidores e ao comércio. A Feira de Berlim tem mostrado uma forte preocupação no sentido da promoção do evento junto dos media”, precisamente por se tratar de uma edição especial e excepcional.

EDP vende ativos em Espanha

A Energias de Portugal (EDP) acordou vender à Total um portfólio de ativos térmicos e de comercialização de energia em Espanha. O portfólio da transação inclui duas centrais a gás e a atividade de comercialização de clientes residenciais. As operações representam um valor de 515 milhões de euros e a conclusão está prevista para o final do segundo semestre. O negócio enquadra-se no plano estratégico de renovação do portfólio da elétrica no mercado ibérico.

Marks & Spencer acelera programa de reestruturação

O distribuidor britânico Marks & Spencer pretende acelerar a última fase da sua reestruturação, de forma a fazer face aos efeitos da crise pandémica e à quebra de 21% no seu lucro anual. O objetivo é adaptar a empresa às novas tendências de consumo, como é o caso particular do comércio online. Vai ainda otimizar a sua cadeia de aprovisionamento alimentar e acelerar a remodelação do seu parque de espaços de venda, bem as atividades de pronto a vestir.

Thyssenkrupp desenvolve soluções para desinfeção de elevadores e escadas rolantes

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

A empresa de escadas rolantes e elevadores Thyssenkrupp anunciou ter desenvolvido várias soluções de higienização e desinfeção daqueles equipamentos no cenário de pandemia. Entre estão desinfetantes automáticos do ar, desinfetantes para as cabinas, equipamentos de desinfeção automática dos corrimões das escadas mecânicas e até formas de chamar o elevador sem tocar nos botões.

“Para os clientes que pretendem soluções mais inovadoras e com outros benefícios além da desinfeção, a Thyssenkrupp dispõe igualmente de várias alternativas, de acordo com o tipo de equipamento”, disse à “Vida Económica” Ricardo Malheiro, CEO da Thyssenkrupp em Portugal. Para

as escadas e tapetes mecânicos, a Thyssenkrupp tem disponível a “Escalite”, que limpa e desinfeta automaticamente os corrimões destes equipamentos, “assegurando uma taxa de desinfeção de 99,5%”, segundo a empresa. No caso dos elevadores, a marca tem a Groomatic e a Magic Switch, que são as soluções que permitem “chamar” o elevador sem necessidade de tocar no botão, e ainda a Manobra “Omnibus”, que é uma solução antivírus que permite usar o elevador sem se pressionar qualquer botão.

“Para a thyssenkrupp a segurança está sempre em primeiro lugar, quer a segurança dos técnicos, quer a segurança dos milhares de pessoas que transportamos diariamente”, salienta Ricardo Malheiro.



Ricardo Malheiro, CEO da Thyssenkrupp em Portugal.

PUB

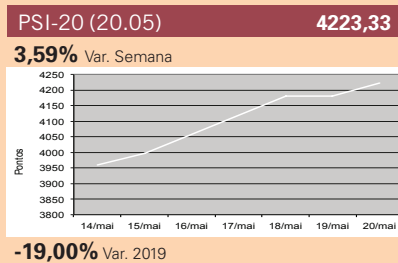
HOLMES PLACE
PREMIUM FITNESS CLUBS

Ebook | Saúde e bem-estar

Saiba como fortalecer o seu sistema imunitário.



MERCADOS



Dow Jones 20/mai 24533,13
Var Sem 5,53%
Var 2018 -14,03%
Nasdaq 20/mai 9355,617
Var Sem 5,57%
Var 2018 4,29%
IBEX 35 20/mai 6683,60
Var Sem 0,79%
Var 2018 -30,01%

DAX 20/mai 11223,71
Var Sem 6,46%
Var 2018 -15,29%
CAC40 20/mai 4496,98
Var Sem 3,50%
Var 2018 -24,78%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

“No Poupar Está o Ganho” aposta no digital

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
 fernandateixeira@vidaeconomica.pt

O projeto de educação financeira “No Poupar Está o Ganho”, organizado pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda (FACM), está a ultimar a aposta no digital. Em breve, será lançada a nova modalidade do projeto (que completa em 2020 o seu 10º ano), denominado “No poupar está o Ganho 4.0” (NPEG 4.0), que será totalmente em formato digital e terá como base a plataforma de educação financeira www.nopouparestaoganho.pt. Com isto, todos os momentos que envolviam presença física dos alunos irão, pelo menos nesta fase, poder ser realizados à distância.

É o caso das “Olimpíadas de Educação Financeira” e do “Concurso Final”, que acontece anualmente em junho e que, este ano, devido à situação de pandemia, vai ser realizado através das redes sociais. Já este ano, a 4ª edição das Olimpíadas de Educação Financeira (OEF), um quiz jogado online com a participação de todos os alunos da turma que visa testar os conhecimentos de educação financeira adquiridos pelos alunos, foi realizada através da nova plataforma e envolveu 3755 alunos, de 189 turmas de 37 municípios.

A aposta no digital visa também fazer com que o projeto “No Poupar Está o Ganho” se torne “viral”. Esta será uma modalidade alternativa concebida para ser implementada com “baixíssimos custos”, permitindo, desta forma, estender a educação financeira a toda a comunidade escolar ou, pelo menos, abranger transversalmente todos os alunos de um ano de cada ciclo de ensino”. Ainda assim, idealmente, esta deverá ser implementada ao nível do primeiro ciclo, em



Infelizmente, ainda há muitas escolas onde os alunos não têm aulas de educação financeira, indica Inês Cupertino de Miranda Abreu.

conformidade com o previsto na Estratégia de Educação Nacional para a Cidadania, que tornou a educação financeira obrigatória para os alunos em pelo menos dois dos três ciclos do ensino básico.

“Mantemos a lógica do programa original, um programa implementado em regime de continuidade e que se desenvolve em paralelo com o ano letivo”, explica Inês Cupertino de Miranda Abreu, administradora executiva da FACM, à “Vida Económi-

ca”. A mesma fonte salienta que o projeto mantém a aposta nos mesmos pilares estruturais, que passam pela “capacitação dos professores, através da disponibilização de recursos pedagógicos sobre todos os temas previstos no referencial de educação financeira, diferenciados para todos os níveis de ensino; pela articulação do ensino formal e não formal, mediante o desenvolvimento das chamadas “soft skills”, a promoção do pensamento crítico, da capacidade de realização de trabalho em equipa,

de comunicação e apresentação pública desse trabalho, através da realização de atividades de extensão curricular (como é o caso das Olimpíadas e do Concurso Final); e, por último, pela monitorização e acompanhamento dado pela equipa do Serviço de Educação do Museu, que dispõe inclusivamente de uma linha telefónica de apoio permanente”.

Educação financeira nas escolas é essencial

A educação financeira foi reconhecida pelo Governo português como uma prioridade no ano letivo 2018/2019, passando esta a ser obrigatória em termos curriculares em dois dos três ciclos do ensino básico. Questionada sobre como avalia esta medida, a administradora executiva da FACM assume que esta “é essencial” e lembra que, “quando o projeto começou a ser implementado em 2010, uma das dificuldades que sentimos foi a falta de espaço no currículo das escolas para que a Educação Financeira (EF) fosse lecionada”.

Apesar de ser considerada desde 2013 como prioridade nacional, só recentemente é que a Educação Financeira passou a ser obrigatória, sendo que, “infelizmente, ainda há muitas escolas onde os alunos não têm aulas de educação financeira”. “Acredito que estamos num processo de consciencialização e que essa mudança vai acontecer. Este ano já tivemos muitos professores que nos contactaram precisamente porque passaram a ter de ensinar educação financeira e precisavam de ajuda. O facto de o projeto ser um projeto que está consolidado e é chave na mão (pois dá-lhes acesso a tudo o que precisam: conteúdos temáticos, cronograma, planos de aulas, fichas de exercícios, entre outros)

é, sem dúvida, uma enorme mais-valia”, assegura Inês Cupertino de Miranda Abreu.

Por outro lado, acrescenta a responsável, “se este tema sempre foi importante, hoje é crucial. Vivemos uma autêntica tempestade que veio mudar a nossa vida e a nossa bolsa. Se queremos salvar ambas, temos de cuidar da saúde e da economia. É, pois, indispensável a elaboração de respostas eficazes que se articulem com os currículos”.

Neste contexto, a FACM tem trabalhado com a Universidade do Porto que realizou um estudo em larga escala para a Medição do Impacto Social (MIS) do programa “No Poupar Está o Ganho”. Realizado pelo SINCLab da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e envolvendo a participação de 2309 crianças, cerca de dois mil pais, 136 professores e mais de 40 técnicos dos municípios, o estudo mostrou que o programa “No Poupar Está o Ganho” tem um “impacto social positivo tanto na aquisição de competências de literacia financeira como nas atitudes, expectativas ou emoções associadas à ‘gestão do dinheiro’ nas situações e relações do quotidiano”.

Para além disso, o estudo procurou igualmente medir o impacto ao nível da melhoria das notas dos alunos à disciplina de matemática. Os resultados demonstram que dos cerca de 12 mil alunos que participaram nos últimos dois anos, 20% melhoraram as notas a matemática em um nível, ou um valor, dependendo do ciclo de estudos, face ao ano letivo anterior.

Ao longo destes 10 anos, já participaram mais de 30 mil crianças e jovens de todos os ciclos de ensino. Só nos últimos 3 anos participaram mais de 17 mil alunos.

Resultado líquido do BCP cai 77,1%

O resultado líquido do Millennium bcp no primeiro trimestre de 2020 foi de 35,3 milhões de euros, 77,1% abaixo dos 153,8 milhões de euros de há um ano. Este resultado foi, de acordo com o banco, “influenciado por provisões” de 78,8 milhões de euros devido aos impactos da pandemia de Covid-19.

O resultado core do grupo as-

centou a 278,9 milhões de euros no primeiro trimestre, um crescimento de 3,4% face ao trimestre homólogo do ano anterior, com os proveitos core a crescerem 6,8% no mesmo período. O BCP registou, nos três primeiros meses de 2020, uma redução dos NPE (-1,3 mil milhões de euros face ao primeiro trimestre de 2019), determinada pelo desempenho da

atividade em Portugal (-1,5 mil milhões de euros). Houve, além disso, um reforço da cobertura dos NPE por imparidades em Portugal para 55% (52% em 31 de março de 2019).

Destaque ainda para a “redução progressiva do custo do risco para 63 pontos base (68 no primeiro trimestre de 2019) e para um rácio CET1 e rácio de capital total fully

implemented estimados de 12% e 15,4%, respetivamente, “ambos confortavelmente acima dos requisitos definidos no âmbito do SREP”, de acordo com o banco.

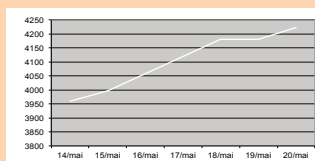
O Millennium bcp salienta também um “crescimento dos volumes de negócio, com aumento do crédito performing em 4,5 mil milhões de euros e dos recursos totais de clientes em 4,7 mil mi-

lhões de euros face a 31 de março de 2019”. O banco registava a 31 de março, mais de 5,6 milhões de clientes, destacando-se a expansão da base de clientes mobile (mais de 2,3 milhões de clientes).

Com base nesses resultados, o BCP indica ter uma “posição sólida para enfrentar o choque económico provocado pela pandemia”.

EURODÓLAR (20.05) **1,0976**

1,45% Var. Semana



-2,12% Var. 2019

Euro/Libra 20/mai.....**0,8972**

Var Sem-1,42%

Var 2018.....-5,70%

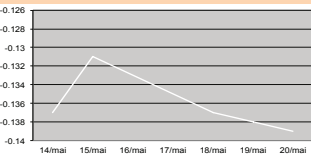
Euro/lene 20/mai...**117,9900**

Var Sem-1,84%

Var 2018.....3,22%

EURIBOR 3M (20.05) **-0,2800**

-10,67% Var. Semana



26,89% Var. 2018

Euribor 6M 20/mai.. **-0,2800**

Var Abs Sem2,11%

Var 201857,10%

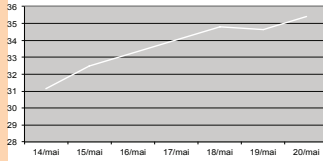
Euribor 1Y 20/mai... **-0,0580**

Var Abs Sem14,71%

Var 201876,71%

PETRÓLEO BRENT (20.05) **35,34**

21,41% Var. Semana



-46,30% Var. 2018

Ouro 20/mai.....**1748,95**

Var Sem1,91%

Var 2018.....15,28%

Prata 20/mai.....**17,51**

Var Sem12,39%

Var 2018.....-1,91%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE JÁ REFLETIRAM PANDEMIA

Santander admite prolongamento das moratórias de créditos

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

As moratórias de crédito concedidas a famílias e empresas no âmbito da crise económica provocada pela pandemia de Covid-19 poderão ter de ser prolongadas para lá de 30 de setembro, a atual data prevista para terminar o período de carência concedida pela banca, indica Pedro Castro e Almeida, presidente executivo do Banco Santander Portugal. Em resposta a uma questão colocada pela “Vida Económica” à margem da apresentação dos resultados do primeiro trimestre feitos pelo banco por videoconferência, o executivo não só admitiu essa possibilidade como deu indicação de que o próprio Governo estará a preparar medidas nesse sentido. “Penso que o Ministério da Economia está a analisar e em breve poderão surgir notícias sobre isso”, disse Pedro Castro e Almeida.

“Não está nas nossas previsões que em outubro a economia esteja a crescer de forma robusta, a nível do que estávamos a crescer antes da Covid-19. Portanto, o que será mais provável é chegar a 30 de setembro e ter uma nova moratória, se calhar por mais seis meses, para as famílias e as empresas. Será um renovação das moratórias até então existentes e para quem até 30 de junho precisar de aderir. No cenário de renovação, avançamos para março de 2021, onde haverá mais visibilidade [do futuro da economia]. Se em março de 2021 ainda estivermos numa situação muito complicada, ocorrerá o que sempre fizemos na banca com clientes que passam por determinados períodos de crise: tem de ser dado mais tempo para poderem fazer face ao serviço da dívida”, indica o presidente executivo do Santander Portugal.

Até 14 de maio, dia de apresentação dos resultados trimestrais pelo banco, o Santander Portugal tinha “cerca de 81 mil clientes e nove mil milhões de euros de créditos” de clientes, particulares e empresariais que aderiram às moratórias. “Isso representa cerca de 25% do total de crédito a particulares e 40% do crédito a empresas elegível. Quando digo elegível, é porque estou a deixar de fora, naturalmente, tudo o que são créditos a grandes empresas, nomeadamente através de papel comercial, ou mesmo ao setor Estado. Dentro do que são as restantes empresas, 40% ter aderido à moratória é revelador da ajuda que estamos a dar à economia”, salienta a mesma fonte.

“Isto não tem aqui qualquer apoio do Estado. E o facto de haver aqui clientes que até 30 de setembro não vão pagar prestações de capital e alguns não vão pagar juros também representa uma injeção de liquidez às famílias e às empresas de cerca de mil milhões de euros”, quantifica Pedro Castro e Almeida.

O responsável pela Santander no nosso país deu ainda conta que o banco não irá distribuir dividendos relativos a 2019. “Antes de ter havido polémicas, decidimos que não va-



“Cerca de 25% do total de crédito a particulares e 40% do crédito a empresas elegível” está em moratória, segundo Pedro Castro e Almeida.

mos pagar dividendos, que este ano era um montante de cerca de 410 milhões de euros, o que também nos permite ter níveis de capital muito mais fortes para uma capacidade de concessão de crédito no futuro que penso que será bastante relevante”, salienta.

Resultado caiu 13,4%

O resultado líquido do Santander em Portugal no primeiro trimestre de 2020 foi 118,9 milhões de euros, menos 13,4% face ao período homólogo do ano passado. “Os resultados do primeiro trimestre de 2020 evidenciaram já um ligeiro impacto associado à pandemia da Covid-19”, referiu o presidente executivo do Santander Portugal, que teve o impacto adicional da pandemia ter provocado a morte, ocorrida a 18 de março, de António Vieira Monteiro, presidente do conselho de administração do banco. “Aproveito para homenagear também com o nosso compromisso de que tudo faremos para prosseguir e reforçar o excepcional legado que nos deixou”, sublinhou Pedro Castro e Almeida.

“Resiliência da conta de exploração”

O presidente executivo do Banco Santander Portugal considera que os números do primeiro trimestre mostram, por um lado, “a resiliência da conta de exploração” da entidade e, por outro, ficam marcados “pela prudência que se vai manter” ao longo do ano. “Obtivemos 118,9 milhões de euros de resultado, o que é uma queda de 13,4% face ao mesmo período do ano passado. Estes resultados evidenciam a resiliência da nossa conta de exploração (apesar do resultado de março já marcado pela Covid-19, o produto bancário manteve-se estável) e um foco muito grande na eficiência (um “cost to income” de 41,5%, com os custos a caírem 3,7%). Na parte da prudência, aumentámos o nosso custo do risco para cerca de 20 pontos de base, quando nos últimos dois anos o nosso custo do risco

foi de praticamente zero e constituímos cerca de 30 milhões de euros de provisões económicas, antecipando o próximo ciclo de incremento de NPE, cujo ciclo no final de março era de apenas 3,3%, mas que poderá aumentar até ao final do ano”, anota.

“Fomos capazes, durante este período, de garantir a segurança dos nossos colaboradores, de retirá-los de uma incerteza relativamente ao seu futuro de curto prazo, de continuar a apoiar os clientes de várias formas, e de garantir que têm aqui um parceiro para tudo o que precisarem, e de continuar a apoiar a sociedade. Talvez das boas lições que devemos tirar desta crise é que estamos todos do mesmo lado: Governo, famílias, empresas, sociedades de garantia mútua, reguladores, espero que também a União Europeia, e bancos. Portanto, enquanto entidades transmissoras de liquidez na economia, atuando todos em colaboração, eu creio que podemos todos, em colaboração, ultrapassar esta crise”, aponta.

“Produtividade em teletrabalho é elevada”

O banco tem, desde os primeiros dias da pandemia, uma grande parte dos recursos humanos dos serviços centrais em teletrabalho e mesmo a rede de retalho está a privilegiar o trabalho em espelho, em que uma parte da equipa está nas instalações enquanto outra labora a partir do domicílio, revezando-se ao fim de alguns dias. “Foi uma pandemia que nos apanhou a todos de surpresa e que nos obrigou a acionar um plano de continuidade de negócio e a tomar um conjunto de medidas que protegessem os nossos colaboradores e que nos permitissem continuar a apoiar a economia e a sociedade”, referiu Pedro Castro e Almeida. O executivo faz um balanço positivo da “operação”, destaca a elevada produtividade e indica que o Santander Portugal não tem pressa para que a situação volte ao normal, até porque, sublinha, há uma nova norma. “Para uma grande parte das pessoas, o teletrabalho vai passar a ser o novo normal. Os índices de produtividade do banco são muito elevados, nesta fase de teletrabalho. Há muitas empresas que se têm questionado acerca de produtividade das pessoas em teletrabalho. O que nós verificamos é que não temos nenhum problema em ter as próximas fases nesse sistema. A fase 0 de confinamento já passámos, estamos a entrar na fase 1, e temos programadas as fases 2 e 3, que têm muito a ver com a evolução da pandemia. Mas não temos nenhuma pressa que as pessoas venham trabalhar para as instalações do banco, nomeadamente as pessoas dos serviços centrais. Também ao nível dos balcões o que tem sido o sistema de rotação e teletrabalho tem funcionado muito bem”, resume o presidente executivo do Santander Portugal.

“[Os bancos] têm obrigação de apoiar a economia. Mas devem fazê-lo, sempre, com critério, de forma a manterem-se saudáveis, distinguindo o que são situações de afetação temporária pelo cenário de Covid-19 de situações que já vinham complicadas de trás e que não têm hipótese de recuperar”

Banca tem “obrigação de apoiar com critério”

“É uma crise que terá um impacto profundo em todas as economias mundiais, ao contrário da crise de 2008, e que vai alterar de uma forma permanente a maneira como nos relacionamos com os nossos clientes, com os nossos colaboradores e com a sociedade”, considera Pedro Castro e Almeida.

A mesma fonte indica que “começa a ficar mais claro, em Portugal e em termos mundiais, que os bancos fazem parte da solução e não do problema e que têm obrigação de apoiar a economia. Mas devem fazê-lo, sempre, com critério, de forma a manterem-se saudáveis, distinguindo o que são situações de afetação temporária pelo cenário de Covid-19 de situações que já vinham complicadas de trás e que não têm hipótese de recuperar”.

MERCADOS

JOÃO PISCO, ANALISTA FINANCEIRO E DE MERCADOS DO BANCO EM PORTUGAL

Bankinter vê cenário pós-confinamento menos negroAQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

O Bankinter Portugal vê um cenário menos pessimista para as economias e mercados bolsistas mundiais no pós-confinamento devido à pandemia de Covid-19. João Pisco, analista financeiro e de mercados do banco, referiu, numa sessão com jornalistas por videoconferência em que a “Vida Económica” esteve presente, que a maior “pancada” na economia terá já ocorrido em abril. “Consideramos que [a pandemia] é um choque de impacto, mas não necessariamente uma alteração de ciclo”, referiu o especialista, que coloca, porém, a condição para que esse cenário se concretize de que o “lockdown” “não vá muito além dos dois meses”, situação em que “não provocará efeitos estruturais na economia, em concreto no emprego”. João Pisco acrescenta que “a boa notícia é que já começa a haver alguma atividade económica e isso é determinante”.

O analista financeiro e de mercados do Bankinter em Portugal acredita que se está “a sobrestimar o dano provocado” pela pandemia. “Há projeções que apontam para quebras de 15% do PIB. Assumindo que em abril e maio a economia caia esses 15%, é difícil que caia 15% na totalidade de 2020”. O Bankinter “prevê que o PIB português tenha uma queda de 5% em 2020”.

João Pisco acredita, assim, “que vamos ter uma segunda metade do ano menos má”. A mesma fonte indica que, “assumindo que não há uma segunda onda muito forte, 2021 será de recuperação e 2022 de crescimento” para a economia mundial.

Bolsas antecipam

Em relação aos mercados bolsistas, o analista explica o crescimento com a economia a cair pela antecipação. “As bolsas evoluem sempre com antecipação da realidade económica e começa a haver sinais de recuperação da atividade. Além disso, historicamente, a estratégia de comprar em momentos de crise tem dado provas de sucesso. Por fim, o poder dos bancos centrais é cada vez maior”, explica João Pisco, antes de avisar que, “depois da subida, é expectável que as bolsas estagnem”.

Há dois fatores a ter em atenção de acordo com o especialista. Primeiro, “a ‘coragem’ dos governantes para reabrir com a possibilidade de ligeiros aumentos no número de casos”. Outro são as tensões EUA-China. Quanto ao “outlook”, o analista financeiro e de mercados do Bankinter em Portugal “já está descontento o pior e provavelmente não vamos ter o pior”.



O Bankinter “prevê que o PIB português tenha uma queda de 5% em 2020”, segundo João Pisco.

Tecnologia e outros setores vencedores

Quanto a setores a apostar nos mercados, João Pisco realça as tecnológicas, entre as quais subsectores como as telecomunicações, o “e-commerce”, as plataformas de streaming e cloud, além de produtores de

semicondutores (a venda de telemóveis caiu, mas a de computadores portáteis disparou). “As empresas tecnológicas são as empresas industriais do século XXI”, anota. Saúde, elétricas e infraestruturas, além das marcas de luxo, podem estar nas apostas de compra no futuro, de acordo com a mesma fonte.

DAVID SILVA
Analista da corretora Infinox**Dependentes da vacina e... do bom senso!**

Passados dois meses desde o início do período de confinamento e de termos assistido a uma das quedas mais abruptas alguma vez vista nos mercados financeiros, a verdade é que já muito se tem falado e tentado prever como será o padrão de recuperação das bolsas mundiais. Já ouvimos que essa recuperação poderia ser: em “V” (imediatamente no período a seguir e na mesma proporção da queda, que pressupunha uma rápida fase de confinamento e de “fecho” da economia, fazendo com que os impactos fossem também eles momentâneos); em “U” (com uma fase de confinamento e de abrandamento económico um pouco mais extensa que a anterior, que levaria a uma recuperação também mais tardia); em “W” (que neste momento é indicado por muitos como um padrão bastante provável, uma vez que prevê uma possível nova fase de contágio, atrasando o regresso à normalidade); e por fim, até o logotipo da Nike já foi introduzido na discussão (apontando para uma retoma cautelosa, mais lenta e progressiva, com a economia a

regressar aos níveis pré-pandemia no início de 2021). Olhando para os três principais Índices americanos, vemos uma clara diferença entre o índice tecnológico (Nasdaq) e os índices das 30 (Dow Jones) e 500 (S&P500) maiores empresas americanas, sendo o único que se encontra em terreno positivo em 2020 (valorização de 5,1% desde o início do ano à data da redação do artigo), beneficiando das fortes valorizações do setor tecnológico neste período de confinamento, passando pelo crescimento do número de compras online (Amazon), da utilização de programas de videoconferência (Zoom) ou até de plataformas de streaming (Netflix). No entanto, para além do gap entre o Nasdaq e o Dow Jones não ser historicamente favorável ao índice tecnológico, as ajudas e injeções de capital na economia levadas a cabo pelos principais bancos centrais e o FOMO (fear of missing out), que se traduz no receio de perder uma oportunidade e, neste caso, perder um “fundo” e a possibilidade de compra

de ações a um preço mais baixo, possam ter levado a uma recuperação irrealista do mercado, baseado em pressupostos que neste momento são uma incógnita, pois para haver a tal recuperação económica na segunda metade de 2020, é fundamental que não haja uma nova fase de contágio, confinamento e novo “fecho” da economia.

Mercado reativo

Devido a essa incógnita, que será decisiva para a recuperação económica no curto prazo, neste momento assistimos a um mercado “nervoso” e reativo a qualquer tipo de notícias referentes à possibilidade de ser descoberta uma vacina e também atento às declarações dos Bancos Centrais, para que seja possível arranjar um fundamento de investimento com base nas perspetivas dos big players. E até nisso vemos alguma cautela e, quiçá, jogos de bastidores (possivelmente com o dedo de Donald Trump), sendo Jerome Powell um claro exemplo disso! Na quarta-feira passada vimos um discurso

cauteloso por parte do governador da FED, abrindo a porta para novos estímulos à economia para travar uma recessão mais profunda e prolongada, uma vez que ainda estamos perante um grande período de incerteza e de grandes riscos, que poderá conduzir a um prolongamento da baixa produtividade económica. No entanto, o discurso de domingo ficou marcado por uma postura mais otimista, indicando que, apesar de podermos ver o PIB a contrair 30% no segundo trimestre e a taxa de desemprego entre os 20 e os 25%, espera-se que haja uma recuperação da economia na segunda metade do ano e que a desaceleração económica deverá ser mais curta que a de 1930. Então, qual será o padrão da recuperação? Face a todos os riscos e incertezas que atravessamos neste momento é algo realmente difícil de prever, no entanto o bom senso e o civismo vão ser fundamentais para que possamos regressar a uma “nova normalidade” e possamos levar a economia para a frente enquanto não há a vacina decisiva.

PUB

**Assessoria especializada B2B****Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia****Vale a pena falar connosco!**

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO

Telefone: 22 609 5888

imfporto@imf.pt

www.imf.pt

m.imf.pt

Facebook/imfmercados

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA

Telefone: 21 324 1204

imflisboa@imf.pt

A NOSSA ANÁLISE

Saúde e tecnologia: a dupla que está a dar cartas no investimento

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt

A pandemia em que vivemos fez sobressair duas áreas de negócio, a saúde e a tecnologia. São setores de atividade que estão cada vez mais próximos e que se cruzam. Aliás, temas como a telemedicina tornaram-se incontornáveis durante o período da doença Covid-19 e vão continuar a ser dominantes nos tratamentos nos próximos anos.

O Banco Invest juntou as duas áreas e criou um depósito estruturado, o “Invest Health & Tech jun-20”, que pode ser subscrito até 29 de junho e que mais não é do que agrupar cinco empresas destes setores num cabaz. Com

dois anos de maturidade e um investimento mínimo de mil euros, este depósito estruturado tem como grande característica o facto de o emitente poder fazer a liquidação antecipada e no final de qualquer um dos semestres, desde que as cotações de todas as empresas sejam superiores às respetivas cotações iniciais. Se isso acontecer haverá uma remuneração com uma TANB de 1,131% no final do primeiro semestre, mas se o produto não for liquidado e passar para o segundo semestre, a remuneração será de 1,161% TANB; para subir para 1,168% TANB no terceiro semestre e poder chegar a 1,172% no último trimestre. Se todas as

cotações não ficarem, no fecho, acima do valor inicial a remuneração será zero.

Este é um produto de capital garantido pelo emitente, mas também com o suporte do Fundo de Garantia de Depósitos até 100 mil euros por depositante. No entanto, existem riscos e o principal é a falta de liquidez pois não é possível o resgate antecipado por parte do investidor. Por outro lado, a rentabilidade do produto está sujeita à volatilidade dos mercados financeiros e da conjuntura macroeconómica, e ainda da evolução das taxas de juro.

As empresas envolvidas no cabaz são a Glaxo, uma companhia

britânica que faz pesquisa a nível de produtos farmacêuticos; ainda a Nestlé que é uma produtora suíça de alimentos; depois a Novo Nordisk, uma multinacional dinamarquesa que faz pesquisa e tratamento a nível de diabetes e terapias de substituição hormonal; ainda SAP, uma multinacional alemã da área de software; e por último temos a ASML, uma companhia holandesa que fabrica semicondutores para circuitos e produção de chips.

Telecomunicações

Até 28 de maio próximo ainda é possível subscriver um outro depósito estruturado do Banco

Invest ligado às telecomunicações e media. Também com um prazo de dois anos, este produto tem um cabaz que inclui as empresas Vodafone, Walt Disney, Deutsche Telekom, Comcast e Telefónica. Neste produto a rentabilidade está dependente do resultado de cada uma das cinco ações e que individualmente estão sujeitas a um máximo de 2% de rentabilidade, ou seja, uma TANB de 0,976%. Caso o resultado seja negativo o produto gerará zero de resultado. As condições de mercado quanto à liquidez e a volatilidade das ações são as mesmas do produto anterior, assim como o respaldo do Fundo de Garantia de Depósitos.



JOÃO LAMPREIA
Estrategista-chefe do banco BiG

Uma visão granular sobre o “decoupling” entre economia e mercados – ilusão ou realidade?

Em meados de março, no auge da instabilidade dos mercados financeiros e coincidindo com as economias europeias e norte-americanas, face ao risco pandémico, mergulhadas num lockdown sem precedentes - o qual na realidade só agora e de forma muito lenta começa a ser mitigado, poucos ousariam acreditar que volvidos apenas dois meses e após uma correção do mercado acionista acima de 33% (do máximo ao mínimo entre Fevereiro e Março), o índice S&P 500 já teria recuperado uma grande parte da sua capitalização bolsista e negocia a pouco mais de 10% do seu máximo histórico. Com a generalidade dos indicadores económicos a sinalizarem um cenário de depressão económica, do qual o exemplo mais evidente é o crescimento avassalador do número de desempregados nos EUA (mais de 30 milhões em menos de quatro semanas) e quebras muito significativas do PIB no 1T/20 nos EUA e Zona Euro - as quais serão obviamente amplificadas no 2T/20 nos dois lados do Atlântico - torna-se pertinente a seguinte questão: manter-se-á válida a tese de que o comportamento dos mercados financeiros oferece alguma adesão com a realidade face à expectativa de evolução cíclica da economia ou terá a distorção induzida por estímulos sem precedentes dos bancos centrais chegado a tal ponto que se quebrou esta interligação entre economia e mercados financeiros?

Na realidade, ambas as questões oferecem premissas verdadeiras e não são mutuamente exclusivas. Com efeito, é absolutamente crucial o papel que os bancos centrais desempenharam desde a eclosão da crise financeira em 2008 e na atual crise pandémica, sendo inegável que o nível de preços de muitos ativos se encontra desvirtuado pelas dimensões dessas mesmas políticas, tanto no mercado de dívida (o que seriam

das yields de Itália ou das próprias Treasuries sem o backstop do BCE ou do FED!) como no mercado acionista que beneficiou amplamente com o nível de liquidez excecional, taxas de juro zero e/ou negativas sem precedentes e que fizeram minguar alternativas de investimento mais atrativas que as ações. Se em 2008, os programas de Quantitative Easing (QE) visavam essencialmente estabilizar segmentos de mercado sob stress (Mortgage Backed Securities) e assegurar taxas de juro baixas para amplificar a capacidade de recuperação económica via canais de financiamento tradicionais, isto é Bancos e transmissão de crédito que haviam sido muito afetados pelo crash imobiliário e colapso da Lehman Brothers, os principais beneficiários dos programas de QE em 2020 serão maioritariamente os Governos que terão uma necessidade de emitir dívida numa escala sem precedentes para minimizar a perda dramática da atividade económica e para fazer face à escalada dos custos sociais com o impacto pandémico.

Separação mais cinzenta entre linha fiscal e monetária

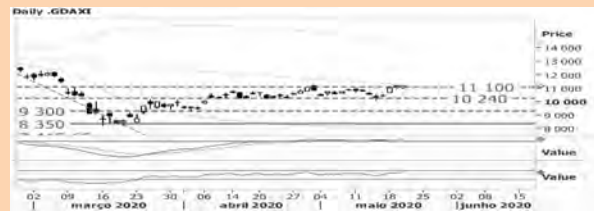
A dura separação entre a linha fiscal e monetária torna-se assim mais cinzenta, sendo praticamente certo que a FED deverá absorver perto de 90% das emissões do Tesouro norte-americano até final do ano. Este género de fusão, mesmo que não explícito, das políticas fiscais e monetárias é uma direção preconizada por aqueles que defendem a Teoria Moderna Monetária, face ao esgotamento das medidas convencionais, considerando que é irrelevante se a despesa pública é financiada por dívida do Estado ou por reservas dos Bancos Centrais - ambas são, em última

instância, liabilities do Governo. Já em relação à primeira interrogação e procurando atribuir algum sentido sobre o rally desenfreado do mercado de ações no período recente - sobretudo nos EUA - contra um quadro macroeconómico tão depressivo, convém salientar alguns pontos essenciais: i) o desempenho do mercado de ações foi impulsionado essencialmente pelo setor tecnológico e por alguns nomes mediáticos conhecidos pelo acrónimo de FAANG (Facebook, Amazon, Apple, Netflix, Google), a que se junta a Microsoft. Estes seis títulos representam mais de 50% do índice Nasdaq e perto de 25% do S&P 500. Expurgando o efeito de valorização destas seis empresas, o índice S&P 500 estaria a transaccional junto dos 2650 pontos (praticamente 10% abaixo do valor atual!); ii) os setores de Cuidados de Saúde e de Consumo Básico foram também alvo de fortes valorizações - pelo que se agregarmos estes três setores podemos obter uma parcela próxima de 60% dos títulos do S&P 500 que acabam por beneficiar, de forma natural ainda que algo perversa, do tema Covid-19 e das recentes ordens forçadas de “arresto domiciliário”; iii) setores que são os mais impactados pela pandemia, desde à aviação, turismo, energia, indústria e até o setor financeiro, continuam a evidenciar um desempenho extremamente negativo, mesmo depois de muitos países terem avançado com ordens de desconfinamento graduais. Todos sabemos que Wall Street e Main Street são conceitos distintos e seguem dinâmicas diferentes, mas ironicamente a divergência atual entre a economia e os mercados financeiros poderá ser mais uma ilusão do que a realidade nos faz parecer crer. Com efeito, sendo o novo coronavírus um evento pandémico transformador e um “acelerador para o

futuro de diversas tendências estruturais”, a tripla evidência que salientámos atrás sobre o comportamento do mercado acionista revela que este continua a evidenciar uma certa adesão à expectativa de evolução cíclica da economia, procedendo à decomposição entre players/setores que são winners-losers no atual contexto, o qual assenta num trade-off obviamente dinâmico e que se encontra em constante mutação. As dinâmicas vigentes do mercado acionista (mesmo com o S&P 500 perto dos 3000 pontos) revelam-nos, assim, de forma “escondida” que não é antecipada uma recuperação nem rápida, nem generalizada de muitos setores da economia, mesmo depois de os lockdowns mais agressivos terem ficado para trás. Para tal acontecer e verificar-se uma alteração das dinâmicas setoriais referidas, seriam necessários avanços mais consistentes no estágio do pipeline das vacinas e de tratamentos antivirais mais eficazes - algo ainda relativamente prematuro. Se nos últimos dois meses o mercado de ações provou que não tem necessariamente de evoluir em linha com a atividade económica em queda-livre, os próximos meses podem evidenciar que as ações poderão ter dificuldade em sustentar o rally vigente, mesmo com a reabertura gradual das economias. Este facto não representa um decoupling per se, mas pode resultar apenas pelo esvaziamento da expectativa positiva dos investidores face à tépida recuperação económica pós-lockdown, uma deterioração dos níveis de solvência e de rentabilidade das empresas ao longo de 2020, a que se juntam um agravamento de novas tensões comerciais Sino-Americanas pós-Covid, bem como aos limites de resposta e/ou menor capacidade de surpresa das políticas fiscais e monetárias.

MERCADOS**PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO**

O PSI-20 recuou até aos 4 mil pontos, mas acabou por encontrar suporte neste nível e ressaltar. O índice português dá assim seguimento ao movimento de lateralização que tem vindo a descrever nas últimas semanas entre o nível referido e os 4400 pontos. Os indicadores técnicos continuam a não apresentar sinais definidos, o que poderá indicar que a consolidação do índice deverá continuar, pelo menos no curtíssimo prazo. Será necessário assim que o índice se afaste deste nível (quer seja uma quebra ou correção) para determinar que tendência apresentará para o curto/médio prazo.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

O DAX continua a consolidar entre os 10 240 e 11 100 pontos. Não obstante, nas últimas sessões, o índice apresenta uma ligeira tendência de alta, à medida que testa o limite superior do intervalo referido. O MACD apresenta agora sinal de compra, o que poderá sinalizar sucesso a este teste.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Taxas Euribor estabilizam

Registaram-se poucas alterações na Euribor a 12 meses nesta última semana, com a referência a 6 meses a subir mais 1 pb para cima dos -0,14%, enquanto a referência a 3 meses caiu quase 2 pb, para perto dos -0,28%. Parece estar em curso uma progressiva normalização dos mercados monetários europeus, deixando de se notar a tendência predominantemente alista que se observou em março e abril. O instituto alemão ZEW publicou na terça-feira o índice que mede a confiança de investidores daquele país, proporcionando uma boa surpresa relativamente à perceção da evolução futura da economia. Se, no que respeita à situação atual o índice publicado, pelo ZEW mostra uma nova deterioração para -93,5 face aos -91,5 do mês passado, pior do que a expectativa dos analistas de -88,0, já no que respeita à componente das expectativas futuras o índice disparou para 51 face aos 28,2 de abril, passando em muito os 32 esperados pelos analistas. Tal significa que aqueles agentes económicos na Alemanha estão cada vez mais confiantes de que o pior da pandemia poderá ter ficado para trás e que ao longo do segundo semestre se irá assistir a uma gradual mas sólida recuperação.

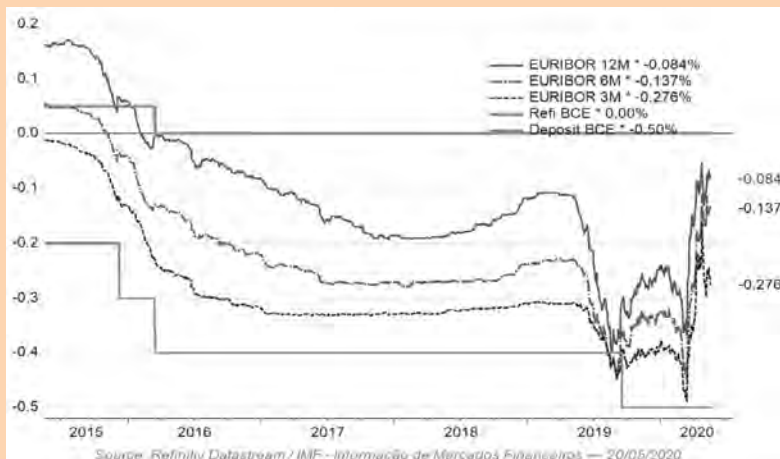
A semana ficou marcada pelo histórico entendimento entre Merkel e Macron, relativamente à criação de um fundo de €500.000 milhões, financiado através do acesso ao mercado por parte da Comissão Europeia. Esse fundo terá o propósito de proporcionar garantias de financiamento aos setores e regiões mais afetadas pela pandemia, para sua recuperação. Há já alguns países que se mostram contra este entendimento, tais como a Holanda e a Áustria, mas, sendo apresentado pelo eixo franco-alemão, terá mais força que outro tipo de propostas. Este envolvimento de Merkel vai em linha com a crítica da dirigente alemã relativamente à decisão do seu Tribunal Constitucional. A Chanceler afirmou que é preciso criar condições para maior integração europeia e assegurar que o euro continuará a existir, algo a que a decisão do tribunal alemão não ajuda. Para Merkel, trata-se de solidariedade necessária, sendo que o BCE é das instituições que melhor estarão preparadas para o fazer. Reforça também a sua convicção de que é o momento para se avançar para uma maior coordenação política, acreditando que uma união simplesmente monetária não será suficiente. Como seria de esperar, os rendimentos

dos títulos emitidos pelos países do Sul da Europa reagiram bastante bem ao plano delineado por franceses e alemães. Portugal vê agora os seus títulos a 10 anos a negociarem com yield de 0,77%, Espanha com 0,73% e Itália cada vez mais longe dos 2%, a negociar nos 1,65%. Já no que respeita a taxas fixas, as alterações face à semana passada foram muito marginais. O estreitamento do spread contra a Alemanha deu-se apenas pelo lado da baixa dos rendimentos mais elevados. Os títulos alemães a 10 anos continuam com yield muito perto dos -0,5%, sendo que a taxa fixa em swap para esse prazo se manteve nos -0,12%. Nas próximas semanas, muito irá certamente depender da evolução desta ideia apresentada por franceses e alemães, bem como do plano que Ursula von der Leyen apresentar perto do final deste mês. Portugal foi ao mercado esta semana para dois leilões de dívida de curto prazo, num montante total de 1,75 mil milhões de euros, um valor acima do habitual. A taxa a 12 meses regressou a terreno negativo de -0,351%, depois de em abril ter sido positiva (0,038%) pela primeira vez em três anos.

ANÁLISE PRODUZIDA A 20 DE MAIO DE 2020

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	19.mai 2020	22.outubro 2019		12.novembro 2019			
1M	-0,454%	-0,444%	▼	-0,010	-0,457%	▼	0,003
3M	-0,259%	-0,404%	▲	0,145	-0,398%	▲	0,139
6M	-0,138%	-0,348%	▲	0,210	-0,328%	▲	0,190
1Y	-0,075%	-0,284%	▲	0,209	-0,255%	▲	0,180

TAXAS EURIBOR E REFI BCE**FUTUROS EURIBOR**

Data	3 Meses Implícita
junho 20	-0,345%
agosto 20	-0,365%
dezembro 20	-0,380%
setembro 21	-0,420%
março 22	-0,410%
setembro 22	-0,390%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

BCE	Euro Refinancing Rate	0,00%
	Euro Marginal Lending Facility	0,25%
	Euro Deposit Facility	-0,50%
	*desde 10 de março 2016	
EUA	FED Funds	0,25%
R.Unido	Prime Rate	0,10%
Brasil	Taxa Selic	3,75%
Japão	Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S

Forward Rate Agreements		
Tipo*	Bid	Ask
1X4	-0,340	-0,320
3X6	-0,380	-0,360
1X7	-0,237	-0,217
3X9	-0,280	-0,260
6X12	-0,322	-0,272
12X24	-0,270	-0,250

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

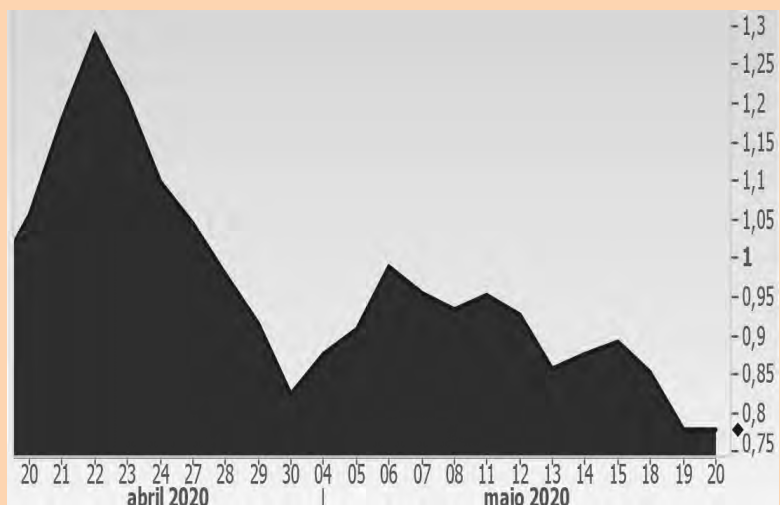
EURO IRS

InterestSwapsvs Euribor 6M		
Prazo	Bid	Ask
2Y	-0,289	-0,279
3Y	-0,300	-0,290
5Y	-0,273	-0,263
8Y	-0,191	-0,181
10Y	-0,132	-0,112

Obrigações

	5Y	10Y
	0,23	0,78
	-0,01	0,73
	-0,39	-0,03
	-0,65	-0,46
	1,24	1,66
	0,07	0,24
	0,35	0,72
	-0,12	0,01

Fontes: Reuters e IMF

YIELD 10 ANOS PORTUGAL

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd em máximos de duas semanas**EUR/USD****Eur/Usd**

Após ganhos nas últimas sessões, o Eur/Usd apresenta uma perspetiva bullish para o curtíssimo-prazo, tendo atingido máximos de 2 semanas. O MACD passa assim a apresentar um sinal de compra, indicando que se o par der seguimento aos ganhos e quebrar em alta a resistência dos \$1,10 que segue atualmente a testar.

Eur/Jpy

O Eur/Jpy inverteu a tendência de queda que vinha a verificar desde final de março, ao quebrar em alta a linha de tendência des-

cedente (vermelho tracejado). Os indicadores técnicos, nomeadamente o MACD, apresentam agora um claro sinal de compra, o que poderá indicar um teste aos 38,2% de retração de fibonacci (117,3 ienes) no curtíssimo prazo.

Eur/Gbp

O Eur/Gbp deu seguimento aos ganhos e segue agora a testar os 61,8% de retração de fibonacci (£0,895). O MACD começa a apresentar um sinal de venda cada vez mais forte, o que poderá sinalizar uma quebra à referida resistência no curtíssimo prazo.

	20/mayo/20	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,0958	0,92%	-0,05%	-9,18%
EUR/JPY	117,95	1,19%	0,25%	-12,86%
EUR/GBP	0,8936	1,81%	2,41%	0,46%
EUR/CHF	1,0584	0,61%	0,39%	-9,68%
EUR/NOK	10,8765	-1,59%	-3,85%	11,27%
EUR/SEK	10,5568	-0,38%	-3,29%	7,41%
EUR/DKK	7,4565	-0,02%	-0,08%	0,17%
EUR/PLN	4,5441	-0,02%	-0,07%	9,15%
EUR/AUD	1,6653	0,17%	-2,84%	8,05%
EUR/NZD	1,7859	0,66%	-0,83%	5,33%
EUR/CAD	1,5211	0,22%	-0,30%	0,55%
EUR/ZAR	19,7503	0,06%	-1,37%	32,55%
EUR/BRL	6,2656	-0,08%	10,73%	58,61%

Banca europeia terá de reduzir custos em 45 mil milhões

A pandemia e a recessão económica estão a colocar em destaque a necessidade de a banca europeia repensar as suas estratégias e reduzir os respetivos custos. Para atenuar os efeitos da crise e manter os seus níveis de eficiência, o conjunto da banca europeia deverá reduzir os custos em cerca de 45 mil milhões de euros. Os analistas consideram que esta crise poderá ser mais profunda do que a de 2008, de carácter financeiro.

Fed admite que fraco crescimento será prolongado

A Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed) admite que a economia americana poderá passar por um período prolongado de fraco crescimento, conjugado com uma estagnação dos rendimentos. Defende que um apoio orçamental suplementar será custoso, mas justifica-se para evitar danos económicos de longo prazo. Por sua vez, a Fed assume que usará de todos os instrumentos à sua disposição para fazer face à recessão que já se faz sentir.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
ALTRI SGPS SA	4,480	4,97%	6,525	2,750	0,323	0,438	13,870	10,228	6,70%	6,70%	20-05-2020	16:35:07	
IBERSOL SGPS SA	4,800	25,00%	9,200	3,710	-0,063	0,470	-	10,213	2,08%	1,04%	20-05-2020	16:35:50	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,094	5,29%	0,289	0,085	0,000	0,008	-	11,688	-	2,14%	20-05-2020	16:35:28	
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	3,670	-0,81%	7,720	2,600	0,280	0,320	13,107	11,469	16,35%	3,81%	20-05-2020	15:39:30	
CORTICEIRA AMORIM SA	9,220	7,21%	11,780	7,480	0,454	0,632	20,308	14,589	2,01%	3,06%	20-05-2020	16:35:03	
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	2,025	4,49%	3,408	1,732	0,215	0,287	9,419	7,056	-	5,58%	20-05-2020	16:39:19	
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,149	4,69%	4,987	2,994	0,224	0,237	18,522	17,506	4,58%	4,58%	20-05-2020	16:35:28	
EDP RENOVAVEIS SA	11,240	-2,77%	13,800	8,430	0,359	0,414	31,309	27,150	0,71%	0,77%	20-05-2020	16:35:24	
GALP ENERGIA SGPS SA	10,715	10,26%	15,950	7,738	0,401	0,694	26,721	15,439	6,53%	6,73%	20-05-2020	16:36:07	
JERONIMO MARTINS	14,500	-7,67%	17,425	12,885	0,639	0,737	22,692	19,674	1,43%	2,32%	20-05-2020	16:36:18	
MOTA ENGIL SGPS SA	1,174	13,54%	2,210	0,973	0,140	0,380	8,386	3,089	6,30%	4,94%	20-05-2020	16:36:40	
NAVIGATOR CO SA/THE	2,262	7,92%	3,546	1,869	0,169	0,222	13,385	10,189	12,35%	10,26%	20-05-2020	16:35:00	
NOS SGPS	3,298	4,83%	5,970	2,680	0,263	0,316	12,540	10,437	8,43%	9,28%	20-05-2020	16:35:25	
PHAROL SGPS SA	0,068	1,96%	0,165	0,050	-	-	-	-	-	-	20-05-2020	16:35:11	
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,575	2,59%	2,820	1,894	0,164	0,169	15,701	15,237	6,64%	6,60%	20-05-2020	16:35:05	
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	8,310	3,62%	14,280	6,960	0,773	1,310	10,750	6,344	-	3,33%	20-05-2020	16:35:06	
SONAE CAPITAL SGPS SA	0,456	9,62%	0,899	0,390	0,015	0,020	30,400	22,800	-	2,85%	20-05-2020	16:35:13	
SONAE	0,666	6,82%	0,958	0,500	0,067	0,071	9,933	9,373	6,96%	7,36%	20-05-2020	16:35:16	



PAULO ROSA
Economista Sénior do Banco Carregosa

Admirável mundo novo

No contexto da pandemia da Covid-19 novas realidades emergem. O confinamento, o encerramento de empresas e as medidas de distanciamento social determinaram a “economia 90%”, impactando a vida quotidiana. Sem surpresa, as empresas que enfrentam maior exposição a viagens, e exigem interações presenciais, esperam um longo período de tempo para regressar à normalidade. Por outro lado, empresas de segmentos de mercado como construção, consumer staples e data centers preveem uma normalização mais rápida. No S&P 500, os lucros por ação, desde o início do ano, foram corrigidos em baixa 27%. Todavia, os mercados acionistas continuam resilientes, apesar da incerteza da forma de recuperação. Perante a enérgica atuação dos bancos centrais, o efeito TINA (There Is No Alternative) continua a moldar a postura dos investidores e a alimentar o FOMO (Fear Of Missing Out).

A intensificação das estratégias de digitalização, do direct-to-consumer e da automação são as principais prioridades dos gestores, dado que o envolvimento on-line disparou com o confinamento. Aparecem soluções de digitalização centradas na mudança de comportamento do consumidor num ambiente de baixa mobilidade e sem contacto. Os restaurantes adicionaram serviços de pedidos e pagamentos on-line, o retalho voltou-se para o marketing digital e para o comércio eletrónico, o atendimento ao paciente voltado para a telemedicina. O trabalho em casa impulsionou as tecnologias e os bancos investem ainda mais em recursos de financiamento móvel. As empresas dos setores de consumo básico tiveram picos nas vendas online (receitas da Walmart subiram 74%). Muitas aplicações tiveram um crescimento exponencial de downloads: Chats e vídeo (+1485%), fitness em casa (+288%), compras (+214%) e comércio eletrónico (+116%). Os canais diretos ao consumidor conheceram um aumento semelhante, com os clientes a procurarem alternativas de compra, e as empresas a promoverem as vendas diretas ao consumidor final, com estratégias de automação nas suas operações e cadeias de suprimentos que reduzirão no longo prazo os custos operacionais. Há uma força de trabalho em mudança. A redução dos custos de mão

de obra por demissões, licenças e cortes de salários, não se limitaram às indústrias mais afetadas pelo distanciamento social. Em abril, 20,5 milhões de empregos foram perdidos e a taxa de desemprego nos EUA subiu para 14,7%. As empresas capazes de fazer a transição de funcionários para trabalhar em casa, optaram pelo WFH (Work From Home), aparecendo potenciais oportunidades para que alguns dos seus funcionários continuassem a trabalhar remotamente a longo prazo, com reduções nos custos das deslocações e dos espaços físicos (os custos de internet, eletricidade e água passam da empresa para casa). As empresas com funcionários no local incorreram em custos adicionais associados à garantia da segurança desses trabalhadores.

Hoje, os gestores privilegiam a liquidez e a robustez do balanço. O aumento da incerteza levou as empresas a reduzirem gastos de capital, recompras de ações e pagamento de dividendos. Têm existido oportunidades de fusões e aquisições, considerando o ambiente atual, para empresas com balanços musculados.

Em parte, o S&P 500 tem mostrado relativa resiliência à contração económica, devido ao elevado peso das Blues Chips e das empresas defensivas (não cíclicas). A crise afetou mais as pequenas empresas que têm menos flexibilidade operacional. No primeiro trimestre, os lucros por ação do S&P 500 caíram 14%, enquanto do Russell 2000 pequena capitalização (Small Caps) desceram 90%. Os lucros da Microsoft aumentaram 22%.

As plataformas on-line compensam parcialmente as quedas de receita no consumo pessoal. O consumidor responde por 70% da economia dos EUA, e o consumo discricionário, excluindo a Amazon, caiu 6% no primeiro trimestre e as vendas a retalho nos EUA baixaram 16% em abril. Mas as restrições aceleraram a mudança para o comércio eletrónico.

O aumento dos custos associados à manutenção ou retoma da atividade comercial continuará a pressionar as margens de lucro. O Facebook mencionou que após um declínio inicial acentuado em março, a receita com anúncios estabilizou durante as primeiras três semanas de abril, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
BANCO SANTANDER SA	1,885	0,60%	4,260	1,776	0,188	0,271	10,026	6,955	12,20%	1,27%	20-05-2020	16:38:00	
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	23,350	-0,81%	32,280	18,505	0,733	1,113	31,855	20,979	-	2,87%	20-05-2020	16:38:00	
REPSOL SA	8,738	8,28%	15,665	5,920	0,465	1,113	31,855	20,979	-	2,87%	20-05-2020	16:38:00	
TELEFONICA SA	4,015	-3,97%	7,592	3,533	0,511	0,535	7,857	7,505	9,96%	9,91%	20-05-2020	16:38:00	
SIEMENS AG-REG	94,330	9,56%	119,900	58,770	5,315	6,682	17,656	14,044	4,12%	3,81%	20-05-2020	16:35:28	
CARREFOUR SA	12,510	-2,91%	18,150	12,095	1,224	1,348	10,221	9,280	1,84%	3,69%	20-05-2020	16:38:08	
BAYER AG-REG	59,500	3,62%	78,340	44,855	6,971	7,866	8,544	7,572	4,69%	4,92%	20-05-2020	16:35:12	
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	6,854	12,49%	10,370	4,449	-0,479	0,203	-	33,690	-	0,03%	20-05-2020	16:35:15	
RWE AG	28,850	6,46%	34,640	20,050	1,637	1,970	17,563	14,594	2,77%	2,95%	20-05-2020	16:35:15	
VOLKSWAGEN AG	141,100	8,12%	185,000	99,160	12,249	22,089	11,430	6,338	4,60%	2,48%	20-05-2020	16:35:24	
ING GROEP NV-CVA	5,335	11,41%	11,258	4,226	0,690	0,813	7,732	6,562	-	6,65%	20-05-2020	16:36:03	

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, tel 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



eBroker
As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt

Santander
O que podemos fazer por si hoje?

FISCALIDADE

PODE MESMO SER INCONSTITUCIONAL

“Taxa Uber” vai suscitar contestação

A lei que estabelece o regime jurídico da atividade do transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) suscita dúvidas quanto à sua conformidade, quer relativamente à Lei Geral Tributária e outros diplomas legais quer à Constituição. Os fiscalistas da RFF alertam que a chamada “Taxa Uber” corre o risco de ser contestada.

Desde logo, é questionável a respetiva natureza, pois os contornos delineados na lei parecem aproximar a “contribuição” a um imposto, o qual, enquanto receita tributária, está sujeito a regras que exigem especial atenção por parte do legislador. Também se questiona a sua incidência objetiva, pois se a contribuição incide sobre o valor das taxas de intermediação cobradas pelos operadores das plataformas eletrónicas de transporte, parece que se está perante uma verdadeira tributação dos rendimentos dos intervenientes nestas operações.

Os fiscalistas assumem que é certo que os tribunais têm entendido que estes tipos de contribuições setoriais não estão sujeitos ao regime jurídico aplicável aos impostos, o que reduz as hipóteses de esta nova contribuição vir a ser contestada com base em argumentos desta natureza. Os meios – administrativos e judiciais – ao dispor dos contribuintes para reação contra as autoliquidações da contribuição que venham a



ser praticadas ou contra eventuais liquidações promovidas – oficiosa ou adicionalmente – pela Autoridade Tributária encontram-se previstos, designadamente no CPPT e na LGT.

O valor da nova contribuição corresponde à aplicação da taxa única de 5% sobre os valores da taxa de intermediação cobrada pelo operador da plataforma eletrónica em todas as suas operações, que não pode exceder 25% do valor da viagem. O diploma estabelece que os operadores têm de enviar todos os meses à AMT a informação relativa à atividade realizada, designadamente o número de viagens, o valor faturado

Comissão intenta ação contra Portugal no setor rodoviário

A Comissão decidiu intentar uma ação no Tribunal de Justiça da UE contra Portugal por não ter atualizado os seus registos de empresas de transporte rodoviário. Incumbia a todos os Estados-Membros atualizar a interligação entre os seus registos e o novo Registo Europeu das Empresas de Transporte Rodoviário até 30 de janeiro de 2019. O REETR permite o intercâmbio de informações entre os Estados-Membros sobre as empresas de transporte rodoviário estabelecidas na UE, visando assegurar a aplicação da legislação da UE e a concorrência leal entre os operadores de transporte rodoviário, adianta Bruxelas na sua argumentação.

AGENDA FISCAL

MAIO

Até ao dia 31

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
 - Declaração modelo 3 - Durante este mês e até ao dia 30 de Junho, envio ou confirmação, caso esteja abrangido pela declaração automática, por transmissão eletrónica de dados, da declaração de rendimentos modelo 3 de IRS e respetivos anexos.
 - Declaração Modelo 18 - Envio por transmissão eletrónica de dados, pelas Entidades emitentes de vales de refeição e outros títulos de compensação extrassalarial.
- **IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas**
 - Declaração modelo 54 - Envio, por transmissão eletrónica de dados, por qualquer entidade, residente ou com estabelecimento estável, em território português, que integre um grupo no qual alguma das entidades esteja sujeita à apresentação de uma declaração de informação financeira e fiscal por país.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
 - Entrega do pedido de restituição IVA pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no próprio ano civil, noutro Estado Membro ou país terceiro, quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período não inferior a três meses consecutivos.
- **IUC - Imposto Único de Circulação**
 - Liquidação e pagamento do Imposto Único de Circulação (IUC), relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no mês de Maio.
- **IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis**
 - Pagamento da totalidade do Imposto Municipal sobre Imóveis, referente ao ano anterior, se igual ou inferior a € 100,00 ou da 1.ª prestação, se superior.

JUNHO

Até ao dia 10

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
 - Periodicidade Mensal – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Abril e pagamento do respetivo imposto.
- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
 - Entrega da Declaração Mensal de Remunerações pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior

COMBATE À COVID-19 Isenção de IVA

Foi publicado no dia 20 de maio o Despacho n.º 5638-A/2020, diploma que aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19.

Recorde-se que a Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, no domínio específico da aplicação da isenção de IVA nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19, refere que para beneficiarem desse regime fiscal tanto os estabelecimentos e unidades de saúde do setor privado ou social, inseridos no plano nacional do SNS de combate ao COVID-19, com contratos firmados com o Ministério da Saúde, como as entidades com fins caritativos ou filantrópicos, aprovadas previamente para o efeito, deverão constar de lista a aprovar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do trabalho, da solidariedade e da segurança social e da saúde.



CARLOS ALEXANDRE ESTEVES DA SILVA

Auditor da JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.

As cartas de conforto e a sujeição a Imposto do Selo

As cartas de conforto são declarações unilaterais através das quais, de modo mais ou menos preciso, mais ou menos abrangente, o declarante procura confortar terceiro, fazendo-o esperar de si determinado comportamento.

Estas declarações surgiram no ordenamento jurídico estado-unidense no seio dos grupos societários, como instrumento facilitador da concessão de crédito por terceiros a subsidiárias.

A proliferação destes mecanismos em detrimento das tradicionais garantias (como o aval ou a fiança) é de elementar racionalidade: aquelas, ao contrário destas últimas, não concorrem para limites de financiamento, não dependem de complexos e burocráticos formalismos e, em determinados casos, apresentam maior eficiência fiscal.

Vejamos: as cartas de conforto são frequentemente agrupadas, pela doutrina e jurisprudência, em fracas, médias ou fortes, consoante o grau e a concretização de compromisso assumido pelo declarante.

As cartas de conforto fracas ou médias mais não são do que meras recomendações ou consagrações de deveres gerais de correção e de comportamentos a observar, cuja violação pode ser civilmente responsabilizada nos termos gerais de direito.

Por seu turno, declarações que empreguem expressões como “garanto o cumprimento” ou “pagarei”, devem ser consideradas cartas de conforto fortes. Só estas podem, salvo melhor opinião, ser reconduzidas a garantias pessoais, como o aval ou a fiança (estas últimas designadas por típicas, ao contrário daquelas que, por não terem disciplina legal, serão garantias atípicas).

Esta é uma distinção essencial, porquanto as “garantias das obrigações, qualquer que seja a sua natureza ou forma, (...) constituídas simultaneamente com a obrigação garantida, ainda que em instrumento ou título diferente...”, estão sujeitas a imposto do selo.

Em suma, a sujeição das cartas de conforto a Imposto do Selo dependerá da sua recondução à figura de “garantias das obrigações, qualquer que seja a sua natureza ou forma...”, ou, por outras palavras, ao seu enquadramento como cartas de conforto fortes e, por isso, reconduzíveis a garantias atípicas.

Entre nós, mais do que em empréstimos bancários, esta matéria ganha particular relevância nos créditos concedidos por fornecedores a clientes.

Em todo o caso, se para a entidade mutuante ou concedente for suficiente que terceiro assumira uma responsabilidade civil nos termos gerais de direito, no âmbito de determinada operação, para que o crédito possa ser concedido ao beneficiário, a sujeição a imposto do selo poderá, por esta via, ser evitada.

Portugal não cumpre Diretiva Antielisão Fiscal

A Comissão decidiu enviar uma carta de notificação para cumprir a Portugal, instando-o a transpor corretamente a regra da limitação dos juros da Diretiva Antielisão Fiscal. O nosso país faz uso da possibilidade de isentar as empresas financeiras das regras de limitação dos juros previstas na Diretiva Antielisão Fiscal. No entanto, os atos legislativos nacionais vão além das isenções autorizadas, permitindo uma dedutibilidade ilimitada dos juros para efeitos do IRC, incluindo as entidades de titularização, que não são consideradas “empresas financeiras” nos termos da diretiva.



ELSA MARVANEJO DA COSTA
Consultora da Ordem dos
Contabilistas Certificados (OCC)
comunicacao@occ.pt

Modelo 22 – as novas regras da derrama

No preenchimento da Modelo 22, referente ao ano de 2019, que está agora em curso, surge um novo procedimento acerca da derrama que importa considerar. Este ano, pela primeira vez, os sujeitos passivos que beneficiam de taxas reduzidas de derrama, ou de isenção, têm que inscrever no Anexo D – Benefícios Fiscais esse “benefício”.

Lembramos que a derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável, isto é, acresce ao valor de IRC a pagar. A derrama varia consoante o município em que está fixada a sede da empresa ou dos seus estabelecimentos e o volume de negócios, sendo que alguns municípios também estabelecem condições relacionadas com a criação de postos de trabalho ou mesmo atendendo à atividade exercida. Efetivamente, são os vários municípios portugueses que deliberam sobre a aplicação, ou não, deste imposto municipal às suas empresas, e, sendo a decisão no sentido de aplicar, devem deliberar qual a taxa aplicável que terá um limite máximo de 1,5%. Como regra, os sujeitos passivos de IRC que apresentem lucro tributável em determinado período, devem verificar qual a taxa de derrama aplicável no seu município, e aplicar essa taxa ao valor do lucro tributável. O imposto total a pagar resulta do somatório do IRC, tributação autónoma e derrama. Sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a 50 mil euros, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional. Entende-se por massa salarial o valor dos gastos relativos a despesas efetuadas com o pessoal e reconhecidos no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.

Feita esta introdução do que é a derrama, questionamo-nos porque é que temos que preencher um anexo que se refere a benefícios fiscais.

Artigo 18.º da Lei das Finanças Locais

Esta obrigatoriedade resulta das alterações introduzidas ao artigo 18.º da Lei das Finanças Locais, modificações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Este normativo contempla agora que os benefícios fiscais resultantes de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sobre aplicação de isenções ou de taxas reduzidas ficam sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios “de minimis”. Neste sentido, importa identificar e quantificar o benefício fiscal que cada contribuinte nesta situação utiliza, preenchendo, para o efeito, o Anexo D da Modelo 22. De acordo com a regra geral “de minimis”, prevista no Regulamento n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, que se aplica entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, o montante total dos referidos incentivos e de outros incentivos de natureza não fiscal concedidos a uma empresa única, de acordo com a definição dada pelo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento, não pode exceder o montante de 200 mil euros durante um período correspondente a três períodos financeiros.

Em resultado da referida alteração legislativa, o anexo D da modelo 22 sofreu o respetivo ajustamento, contemplando agora o campo 904-E no Quadro 9 – Incentivos fiscais sujeitos à regra “de minimis”. Basicamente, vamos indicar o valor do imposto que deixámos de pagar porque o município determinou uma isenção ou uma redução de taxa.

De acordo com as instruções de preenchimento, o campo 904-E (Derrama municipal) é preenchido “... para os períodos de 2019 e seguintes, pelos sujeitos passivos que tenham sede, estabelecimentos estáveis ou representações locais em municípios que lançaram taxa de derrama municipal para o período de tributação e que beneficiem da taxa reduzida ou isenção de derrama municipal. O montante a declarar corresponde à diferença de coleta de derrama municipal calculada entre a taxa normal e a taxa reduzida ou, no caso de isenção, ao montante apurado por aplicação da taxa normal...”.

O campo 904-E deve ser preenchido com o montante do incentivo e é calculado da seguinte forma: Lucro tributável x (taxa geral – taxa reduzida). Ou seja, quando é aplicável uma taxa reduzida, será calculada a diferença entre a taxa geral e a taxa reduzida, e essa diferença é aplicada ao lucro tributável, assim se calcula o benefício fiscal. Quando se trata de isenção, o benefício resulta da aplicação da taxa máxima (1,5%) ao valor do lucro tributável. É desta forma que se calcula o valor do imposto que deixámos de pagar.

Vejamos o seguinte exemplo: para um sujeito passivo enquadrado no regime geral de tributação, que apresenta um lucro tributável de 10 mil euros em 2019, pertencente ao município de Oliveira de Azeméis e que atingiu um volume de negócios no ano anterior de 100 mil euros, este município apresenta uma taxa geral de derrama de 1,20% e uma taxa reduzida para sujeitos passivos cujo volume de negócios do ano anterior não ultrapasse 150 mil euros de 0,75%.

Cálculo do valor a inscrever no campo 904-E do quadro 09 do anexo D: 10 mil euros x (1,20% - 0,75%) = 45,00 euros.

Assim, haveria lugar ao preenchimento do campo 904-E do quadro 09 do anexo D com a quantia de 45 euros e a derrama seria inscrita no campo 364 do quadro 10 – 10 mil euros x 0,75% = 75 euros.

Vejamos um segundo exemplo de município com deliberação de isenção de derrama: para sujeito passivo enquadrado no regime geral de tributação com um lucro tributável de 10 mil euros em 2019, pertencente ao município de Águeda e que atingiu um volume de negócios do ano anterior de 100 mil euros, este município apresenta uma taxa geral de derrama de 1,5% e isenção de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no período anterior não ultrapasse 100 mil euros.

Cálculo do valor a inscrever no campo 904-E do quadro 09 do anexo D: 10 mil euros x (1,50%) = 150 euros.

Haveria assim lugar ao preenchimento do campo 904-E do quadro 09 do anexo D com a quantia de 150 euros.

A este respeito sugerimos a leitura de um documento disponível no Portal das Finanças “Ajudas ao preenchimento do quadro 09 do Anexo D da declaração Modelo 22 (Incentivos fiscais sujeitos à regra de ‘minimis’)”.

STI intenta providência cautelar na mobilidade intercarreiras

Relativamente à mobilidade intercarreiras para TAT, os Serviços Jurídicos do STI irão proceder à interposição de uma providência cautelar, no âmbito da ação administrativa para reconhecimento de direitos apresentada e que se encontra a correr os seus termos no Tribunal Administrativo de Lisboa. A mesma abrangerá todos os associados do Sindicato detentores da categoria de TATA, níveis e 3, não licenciados, abrangidos pela referida ação principal e que não foram, à data, incluídos no procedimento de mobilidade intercarreiras para TAT divulgado em maio do ano passado.

CONTAS & IMPOSTOS

Gastos de financiamento líquidos em sede de IRC

Sempre que o montante dos gastos de financiamento deduzidos seja inferior a 30 por cento do resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos, a parte não utilizada deste limite acresce ao montante máximo dedutível.

Tendo um sujeito passivo acrescido na sua declaração modelo 22 gastos de financiamento líquidos que ultrapassam um milhão de euros, tem depois cinco anos para a sua dedução, tendo sempre em conta aquele limite de um milhão. Se, por exemplo, tiverem sido acrescidos 500 mil euros em 2016 e este mesmo valor puder ser na totalidade ou em parte deduzido em 2017, se o sujeito passivo não o tiver feito por esquecimento, mas o for fazendo dentro do período dos cinco anos, de 2018 a 2021, o valor é considerado fiscalmente ou perde o direito à dedução que devia ter deduzido em 2017 e não o fez?

Parecer técnico

Pretende-se um parecer sobre o limite à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos.

O limite à dedutibilidade de gastos de financiamento encontra-se previsto no artigo 67.º do Código do IRC. O n.º 2 do artigo 67.º estabelece que, sempre que o montante dos gastos de financiamento deduzidos seja inferior a 30 por cento do resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos, a parte não utilizada deste limite acresce ao montante máximo dedutível, nos termos da alínea b) do n.º 1, até ao 5.º período de tributação posterior.

Coloca-se a questão de, no ou nos períodos de tributação seguintes, existir a possibilidade de dedução integral da parte não utilização e não o ser efetuado, se, ainda assim, pode deduzir no ou nos períodos seguintes.

A Circular n.º 7/2013 estabelece o seguinte: Limite à utilização do crédito / “folga”

O montante da “folga” pode ser acrescido ao montante máximo dedutível em cada um dos cinco períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização. Nada impede que a “folga” possa ser utilizada na íntegra no período de tributação seguinte, desde que os «gastos de financiamento líquidos» desse período sejam iguais ou superiores ao valor resultante da soma do limite máximo dedutível com o da “folga” reportada.

Por outro lado, o ponto 5 da mesma Circular estabelece: 5. Constituição de crédito (“folga”) e respetivo reporte Nas situações em que o montante dos «gastos de financiamento líquidos» deduzidos seja inferior a 30 por cento do resultado antes de depreciações/amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos, a parte não utilizada deste limite (“folga”) é adicionada ao limite máximo dedutível nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, em cada um dos cinco períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização (reporte da “folga”).

O valor de referência para o cálculo desta “folga” é sempre, independentemente do período de tributação, o que corresponde a 30 por cento do resultado antes de depreciações/amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos, não se aplicando para estes efeitos as percentagens definidas no referido n.º 2 do artigo 192.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Em conclusão, todos os exemplos pela circular vão no sentido de que, sendo possível a dedução integral da “folga”, esta deve ser utilizada. Somos do entendimento de que, de facto, a “folga” tem de ser utilizada no período de tributação subsequente. Se for possível utilizá-la na totalidade, deve ser utilizada.



No prelo

Uma edição
VidaEconómicaCompre já em livraria.vidaeconomica.pt

Confinamento passa fatura pesada ao comércio internacional

As medidas de confinamento implementadas por todo o mundo para combater a propagação do novo coronavírus, e a consequente retoma da atividade de forma desfasada entre países custará muito caro ao comércio internacional de mercadorias. As estimativas apontam para uma subida de 11 pontos percentuais nas tarifas à importação por parte de todos os países, para os 17%, de acordo com a COSEC.

Após o fim do confinamento, o facto de haver regras diferentes entre Estados sobre a circulação de bens, serviços e pessoas pode gerar incerteza, assimetria de informação e uma sobrecarga regulatória

sobre as empresas, impedindo o comércio global de voltar ao normal. Depois de um choque de 22,5% em termos de valor, o comércio poderá, mesmo após o fim do confinamento, permanecer abaixo de 90% do que se registava antes da crise. Não obstante, o estudo indica que a recuperação acontecerá ainda no segundo semestre deste ano, na sequência da retoma da atividade no setor industrial, e durante 2021, crescendo 10% em volume e 15% em valor. No entanto, há sempre o risco de um retorno à situação anterior à pandemia, isto é, ao protecionismo, especialmente por parte dos Estados Unidos.

Portugal menos penalizado na construção do que média comunitária

A aplicação generalizada nos Estados-Membros das medidas de contenção da Covid-19 teve um impacto significativo na produção no setor da construção, uma vez que a produção ajustada sazonalmente no setor da construção, em março, diminuiu 14,1 % na área do euro, 12,0 % na UE e 4,2 % em Portugal, face ao mês anterior.

Em fevereiro, a produção na construção caiu 0,5 % na área do euro e 0,2 %

na União Europeia e aumentou 1,6 % em Portugal.

Em março, em comparação com março de 2019, a produção na construção diminuiu 15,4 % na área do euro, 13,4 % na UE e 3,5 % em Portugal. Os setores da construção e do imobiliário são dos mais penalizados em situações de crise, independentemente de qual o seu tipo. A recuperação será lenta nos próximos meses.

PUB

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

RUMO AO RECOMEÇO!

Logos of partners: GRUPO8 SEGURANÇA, NOVA EXPRESSÃO, AM 48, Carclasse, GRUPO BEL, LeasePlan, J.E., CONNECO, R, VidEconómica, Essencial, FRONTLINE, LIDER, S.

O Mundo todo num só Clube!

www.icpt.pt | (+351) 211 320 413 | 91 333 00 55 | geral@icpt.pt | geral.icpt@gmail.com

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ

Mestre Drucker School / PhD Columbia University

Professor Catedrático

E-mail: associates@vasconcellosea.comWebsite: www.vasconcellosea.comLinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/vasconcellosea><http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/>Twitter: <https://twitter.com/VasconcelloseSa>

Hard Choices

No seu livro, **Hillary Clinton**, conta que quando foi nomeada secretária de estado do presidente Obama, recebeu dois tipos de conselhos dos seus predecessores.

Primeiro, de facto o seu cargo envolve três funções distintas: 1) conselheira do presidente, 2) chefe de diplomacia e 3) gestão da burocracia do ministério.

Não vai conseguir fazer tudo bem. Onde, procure em quem delegar o terceiro trabalho.

Segundo, relativamente ao 2), isto é diplomacia o mundo cria diariamente problemas, encrucas como dizem os brasileiros, e depois quando estão aflitos exigem, repito exigem, que os EUA os resolva: os encrucas utilizam os EUA como vazadouro dos seus problemas.

Colin Powell (ex-secretário de estado) recorda que a dada altura foi acordado porque Marrocos tinha ocupado umas ilhotas espanholas desabitadas perto do estreito de Gibraltar e a Espanha ameaçava enviar a marinha de guerra. Ambos os países esperavam... a mediação... dos EUA.

Conselho dado a Clinton?: escolha três, quatro no máximo grandes **problemas** (hot potatoes) e assumam-os (cal them yours). O resto? Rodeie-se de qualidade, delegue e controle (what happens is not what you expect but what you inspect).

Decisão de Clinton? “O mundo é hoje demasiado **complexo** para eu não assumir pessoalmente tudo. Pelo que decidi fazer as três funções e acabei a visitar 122 países”.

Repetidamente. Centenas (se não milhares) de reuniões, conferências, pequenos-almoços, jantares de estado, etc. Dormia aos poucos, adormecendo facilmente (grande vantagem) durante 10/15 minutos.

Fantástico...

Resultado? A Coreia do Norte continuou a... enviar mísseis para o mar do Japão. O ISIS a... avançar no Iraque e Síria. No Afeganistão a situação a piorar (com o vice-presidente Joe Biden a ter tantrums com a sucessiva liderança militar americana). A China comunista a “crescer e encher o peito” no pacífico sul e a ameaçar Taiwan. A Rússia a invadir: primeiro a Crimeia, depois a Ucrânia. Etc., etc.

Como disse **Steve Jobs**: **foco** não é dizer sim, é dizer **não**. E a muita coisa. Quanto mais não, mais fortes são os sims. Quanto maior o número de “**posteridades**”, melhor desempenho as **prioridades**.

Sendo os recursos escassos (tempo, energia, etc.) quais são os problemas menos importantes a que se eu me dedicar estou a prejudicar a solução dos mais fundamentais? A aguardar o vinho? A cultivar terrenos menos férteis?

Como perguntava **Drucker** aos gestores: não me diga o que vai fazer, diga-me o que vai **deixar de fazer**. E **porquê?**

Foco é aplicar recursos escassos às maiores oportunidades/problemas. Homem que persegue dois coelhos não apanha nenhum (**Confúcio**). E aquele que defende (trata de) tudo, não defende (trata de) nada (**Marechal Foch**).

Puro bom senso que a insegurança ou/e a vaidade impedem de praticar.

Blog Instituto Liberdade Económica:
www.institutoliberalidadeeconomica.blogspot.com

Governo reprograma 300 milhões de euros de fundos europeus

O Governo anunciou que foram reprogramados 300 milhões de euros de fundos europeus durante o último mês para áreas como a educação, a saúde e os equipamentos culturais. “O objetivo foi maximizar os apoios aos investimentos em execução, sobretudo de reabilitação do edificado e de retirada de amianto”, adianta o Executivo em comunicado.

No atual contexto, a previsão do Governo é conseguir “aumentar a taxa de cofinanciamento para o máximo dos projetos e aumentar o custo elegível na Educação, que é uma área que tem tido uma execução relativamente interessante”. No âmbito dos Programas



Operacionais Regionais, houve um reforço de 70 milhões para a escola digital, onde a prioridade irá para as famílias carenciadas, nomeadamente para assegurar que há cobertura de rede e que as famílias têm meios tecnológicos.

Informa Rodrigo Ferreira da Silva

“ARAN trabalhou como nunca em prol dos associados durante o estado de emergência”

- Orçamento para eventos e celebração de 80 anos da ARAN, que se assinalam este mês de maio, foi reconvertido para o apoio direto aos associados
- Todos os negócios vão ser mais digitais, mas presencial manterá importância
- Estado tem de estimular a economia

Págs. IV e V

Guillermo de Llera (IF4)

“Reparação é um setor muito resiliente”

Pág. XV



COMÉRCIO DE NOVOS

Devido à pandemia

Mercado caiu quase 85% em abril

COMÉRCIO DE USADOS

Nuno Castel-Branco (Standvirtual) perspetiva

“Nova norma nos usados poderá surgir em setembro”

RETALHO PÓS-PANDEMIA

Henrique Ribeiro, especialista marketing automóvel

“Maior desafio que qualquer setor económico atravessa”

